

ATA N.º 0001/XI/2017

Sessão Ordinária de 24/02/2017

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre do Edifício Sede do Município realizou-se uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1º - **Proposta de adjudicação e autorização para a realização da despesa**
 - **Nomeação de Auditor Externo**
 - **Ajuste Direto nº14/2017 "Auditor Externo para prestação de serviço, no âmbito da revisão legal de contas;**
- 2º - **Atos da Câmara.**

Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:

- Maria Dulce Maia Marques é substituída nesta sessão por Ana Isabel Correia dos Santos;
- Fernanda Nunes de Oliveira Gaspar é substituída nesta sessão por Luis Alcino Rodrigues Barata;
- Cátia Cristina Pereira Tavares é substituída nesta sessão por Francisco da Conceição Feio;
- Vicente José Rosado Merendas é substituído nesta sessão por Fernando Alves Fernandes Gaio.

Em virtude da 1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Nunes de Oliveira Gaspar, ter pedido a sua substituição nesta sessão foi solicitado pela Mesa que o membro da Assembleia João Daniel Baião de Brito Apolónia fizesse parte da composição da mesma. Sem objeções por parte deste órgão o membro da Assembleia acima mencionado ocupou o lugar como 2º secretário.

Verificação de ausências:

- Verificaram-se as ausências de Miguel Ângelo Roberto dos Santos Jorge e Carlos Alexandre Carvalho Cardoso.

Registaram-se as presenças dos seguintes Membros do Executivo da Câmara Municipal:

Sr. Presidente da Câmara Municipal Rui Manuel Marques Garcia e os Srs. Vereadores Manuel Galvøeira Borges, Daniel Vaz Figueiredo, Vivina Maria Semedo Nunes, Miguel Francisco Amoêdo Canudo, João Miguel da Silva Romba e Edgar Manuel de Almeida Cantante.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- Não houve intervenção do público presente.

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Informou os membros da Assembleia Municipal que, desde o dia de ontem, as atas em minuta de cada sessão serão disponibilizadas na Área Reservada para que, enquanto se aguarda pela feitura das respetivas atas, se possa ter acesso às mesmas.

Mais informou que têm, para análise, as atas nºs 01.16, de 26/02, nº02.16, de 29/04 e nº03.16, de 24/06, pelo que há uma recuperação em relação às atas e que contam que, em abril, já tenham também pelo menos a ata de setembro e que depois, em junho, já estejam atualizados.

Apresentou, e pôs a votação, as seguintes **Atas**:

Ata nº01.16 – Sessão de 26.02.2016 – XI Mandato:

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a ata à discussão intervieram os seguintes membros:

Sr. Luis Chula do PS

Disse que leu com atenção a ata e concluiu que, no 3º parágrafo da página vinte e nove, há ausência de afirmações proferidas pelo Sr. Vice-Presidente, que era presidente da Câmara em exercício nessa sessão da Assembleia, pelo que pediu para que fossem ouvidas as gravações, sendo que houve camaradas seus que fizeram o favor de as ouvir por si, porque não tinha hipótese de o fazer, e constataram que a transcrição não está total e não está conforme as afirmações então feitas pelo Sr. Vice-Presidente, e daí pedir ao Sr. Presidente da Assembleia o favor de introduzir, pelo método que melhor entender, ou agora ou numa próxima oportunidade, a fim de poderem aprovar a ata com as devidas correções.

Esclareceu então que, perante uma pergunta sua sobre a questão do aeroporto do Montijo e aquilo que a Câmara Municipal da Moita, à época, por conseguinte há um ano, poderia projetar no sentido de tirar proveitos da proximidade do aeroporto para o concelho, o Sr. Vice-Presidente terá dito, de acordo com a transcrição da ata, que *“de acordo com uma reunião em que o Presidente da Câmara participou e que posteriormente lhes transmitiu, isso não está assim tão certo”*, ou seja, depreender-se-ia que o que não está assim tão certo seria a instalação do aeroporto no Montijo.

Ora, ocorre que, ao transcreverem para a ata, aquilo que aconteceu foi omitirem a parte em que o Sr. Vice-Presidente disse que *“o PS pode perguntar ao Presidente da Câmara do Montijo porque acho que ele também tem uma opinião sobre isso idêntica à nossa”*, e é esta a frase que falta e que consta das gravações que foram ouvidas esta manhã.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Informou que, nessa sequência, os serviços procederam a nova audição e, a partir de *“isso não está assim tão certo”*, resultou a seguinte transcrição: *“De qualquer forma, o PS pode perguntar ao Presidente da Câmara do Montijo porque acha que ele também tem uma opinião sobre isto, e idêntica à da Câmara Municipal da Moita, o que é interessante, mas, de qualquer forma, isso não está assim tão certo. Esta*

questão do Montijo não está tão certa, é uma última novidade e, se calhar, não sabia mas não estão em disputa."

Perante esta nova transcrição confirmou com o Sr. Luis Chula se considerava que assim já tinha o sentido todo, tendo obtido a necessária concordância, pelo que o texto supra fará parte integrante da ata.

Perante este ajuste ao texto da ata perguntou se alguém tinha mais alguma questão.

Por não ter mais nenhum pedido de intervenção submeteu a ata a votação e chamou a atenção para o facto de, em conformidade com o novo Código do Procedimento Administrativo, só poder votar quem esteve presente na sessão em apreço.

Submetida a **ata** a votação foi a mesma **aprovada por maioria** com vinte e cinco votos a favor, sendo dezoito da CDU, cinco do PS, um do BE, um do PSD; uma abstenção do BE.

Ata nº02.16 – Sessão de 29.04.2016 – XI Mandato:

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Perante a ausência de pedidos de intervenção submeteu a ata a votação, tendo recordado o nome dos membros que não estiveram presentes nesta sessão, por forma a não participarem na votação da mesma.

Submetida a **ata** a votação foi a mesma **aprovada por maioria** com vinte e dois votos a favor, sendo quinze da CDU, cinco do PS, um do BE, um do PSD; uma abstenção do BE.

Ata nº03.16 – Sessão de 24.06.2016 – XI Mandato:

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a ata à discussão intervieram os seguintes membros:

Sr^a Filomena Ventura do PS

Disse que esteve nos serviços hoje de amanhã a ouvir a gravação e, na página 15 da ata que lhes foi entregue, o segundo parágrafo da segunda intervenção do Sr. Presidente da Câmara, termina com "(...) *logo à partida, não tinha sido cumprido*" quando, de acordo com o que ouviu, terminou a dizer: "*penso que é óbvio*".

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Informou que, nessa sequência, os serviços também procederam a nova audição e, a partir de "(...) *não tinha sido cumprido*", resultou a seguinte transcrição: "(...) *o que pensa ser óbvio*."

Perante este ajuste ao texto da ata perguntou se alguém tinha mais alguma questão.

Por não ter mais nenhum pedido de intervenção submeteu a ata a votação tendo recordado o nome dos membros que não estiveram presentes nesta sessão, por forma a não participarem na votação da mesma.

Submetida a **ata** a votação foi a mesma **aprovada por maioria** com vinte e quatro votos a favor, sendo dezasseis da CDU, seis do PS, um do BE, um do PSD; uma abstenção do BE.

Declaração de Voto do Sr. António Chora do BE

“A minha abstenção nas três atas tem a ver com o lapso de tempo decorrido entre a realização das mesmas e a chegada há minha casa das respetivas atas transcritas.

Não consigo reter na memória doze meses, no mínimo, de distância entre estas atas.

Daí, e porque não tenho tempo para vir para aqui ouvir três ou quatro horas de sessões para rever as atas, lamento imenso mas optei pela abstenção.”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Informou que deram entrada na Mesa da Assembleia:

- 1º Moção “Dia Internacional da Mulher”, apresentada pelo PS;
- 2º Moção “Aeroporto Humberto Delgado – Base Aérea do Montijo”, apresentada pelo PS;
- 3º Moção “8 de Março – Dia Internacional da Mulher”, apresentada pela CDU;
- 4º Moção “Moção sobre Transferência de Competências”, apresentada pela CDU;
- 5º Moção “Pela construção do Novo Aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro, opção certa para o desenvolvimento económico e social da Região de Setúbal e do país”, apresentada pela CDU.

Em seguida foi apresentada, pelo **PS**, a seguinte **Moção**:

Srª Ana Isabel Santos do PS

“Dia Internacional da Mulher

No Dia Internacional da Mulher vamos lembrar as operárias têxteis de uma fábrica de Nova Lorange que, em greve, reivindicavam a redução do seu horário de trabalho, recebendo menos de um terço do salário dos homens. Lembramos Adelaide Cabete, Ana de Castro Osório, Carolina Beatriz Ângelo e Maria Veleda que se destacaram intelectualmente, escreveram para os jornais da época, defenderam a educação das mulheres e o sufrágio feminino, lutaram pelos direitos de cidadania que acalentaram na luta pela República, num sonho de esperança e de igualdade.

A relevância deste dia prende-se com a luta das mulheres, em prol do desenvolvimento e do progresso, para uma mudança de paradigma contra as desigualdades. Em pleno século XXI continua a haver, na sociedade portuguesa, desigualdade de género que afeta a vida das mulheres, na esfera pública e na esfera privada, continuam a ter salários mais baixos, mais horas de trabalho, mais desemprego, menor sucesso nas carreiras, mas que lutam pelos seus direitos, conjugando o seu quotidiano profissional com as tarefas de educação e transmissão de valores exigidas pela nossa sociedade.

Atualmente já se identificam ténues sinais de mudança. Em estudos recentes, que foram apresentados na comunicação social, jovens entre os 13 e os 18 anos, já apresentam comportamentos de potenciação de igualdade de Género. Nomeadamente, a realização de tarefas domésticas que há uns anos atrás eram mais identificadas como sendo do domínio exclusivo da esfera feminina, são agora interiorizadas como partilháveis. São sinais positivos, mas que têm que se relevar como comportamentos robustos e consistentes para mudar este paradigma.

Estando cientes, que a discriminação de género ainda persiste na sociedade portuguesa e que a igualdade de género se encontra consagrada em todos os instrumentos legais internacionais e nacionais.

A Assembleia Municipal da Moita, reunida hoje, delibera:

- Repudiar todas as formas de discriminação de género e saudar todas as mulheres do seu concelho.
- Saudar todas e todos, os que diariamente conseguem perspetivar o futuro nos princípios da Liberdade, Democracia e Equidade, pugnando pela igualdade construindo assim uma sociedade mais justa.”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Perante a ausência de pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a **moção** a votação foi a mesma **aprovada por unanimidade** com vinte e nove votos a favor, sendo dezanove da CDU, sete do PS, dois do BE, um do PSD.

Em seguida foi apresentada, pelo **PS**, a seguinte **Moção**:

Sr. Luis Chula do PS

“Aeroporto Humberto Delgado – Base Aérea do Montijo

Os Municípes do Concelho da Moita estão hoje confrontados com a possível inevitabilidade de a Base Aérea do Montijo receber a necessária expansão das operações do Aeroporto Humberto Delgado, com os consequentes impactos que daí decorrerão.

Inevitabilidade, certa no longo prazo, mas cuja necessidade, no curto prazo, importa ser devidamente esclarecida e fundamentada. Situação que apenas se coloca, hoje, pela desastrosa decisão, do governo anterior, em privatizar a ANA, agravada com o ruinoso contrato de concessão então celebrado com a concessionária, a Vinci, que ficou livre do investimento no novo aeroporto pois o que restou do ponto de vista do modelo de financiamento da construção foram as taxas e o prazo da concessão.

Concretamente, o Governo anterior ao optar por receber integralmente o valor da concessão por 50 anos e no valor de 3 mil milhões de euros, sem acautelar a necessidade conhecida de, no período da concessão, ser necessário aumentar a capacidade do aeroporto de Lisboa ou a construção do novo aeroporto em Alcochete, não protegeu o interesse estratégico das ligações aeroportuárias do país.

Assim, o País está confrontado com a questão de saber como será financiada qualquer uma das duas hipóteses, conhecendo-se os atuais constrangimentos financeiros do Estado, e que um agravamento significativo das taxas aeroportuárias para suportar a construção de uma nova infraestrutura implica a perda de competitividade do Aeroporto de Lisboa (da região e do país) face aos seus concorrentes (Madrid e Barcelona).

Daí que se entenda que urge encontrar uma solução que compatibilize a urgência, uma vez que o AHD/Portela apresenta, neste momento, um conjunto de indicadores de procura que apontam para o esgotamento da sua capacidade a curto prazo, nas atuais condições, com uma solução tecnicamente sustentada, comparando as várias opções em presença.

São essenciais os estudos de procura e de capacidade que permitam validar a adequabilidade e durabilidade da solução AHD-Montijo, assim como os referentes às questões relacionadas com o espaço aéreo e, naturalmente, uma análise muito aprofundada do modelo de financiamento e do impacto ambiental na zona de influência.

Todos temos consciência do impacto económico positivo que terá para a Península de Setúbal, nomeadamente para os concelhos limítrofes, caso a referida infraestrutura venha a ser construída no Montijo. Contudo, pelos dados publicamente conhecidos, a pista a ser utilizada, 01/19, terá como cone de aproximação dos aviões uma zona que sobrevoa, no mínimo, a Baixa da Banheira, Alhos Vedros e o Lavradio, respetivamente, nos Concelhos da Moita e do Barreiro.

Se acrescentarmos a esse facto, a eventual necessidade de expandir a referida pista para Zona de Proteção Especial, densamente utilizada por migrações de aves, temos, para além do aumento da poluição sonora nas referidas zonas urbanas, que duplicará, o potencial risco de acidente para as aeronaves ao sobrevoarem uma zona urbana com instalações industriais de alto risco e densamente povoadas.

Não estando em causa a evidente necessidade e a urgência de dotar a AML de infraestruturas aeroportuárias capazes de responder às necessidades do país, não pode deixar de se ter em conta o respetivo modelo de financiamento (investimento a realizar pela concessionária, com recuperação através das receitas aeroportuárias, conforme tem sido referido), pelo que importa, por um lado, encontrar soluções que não coloquem em causa a garantia de segurança das populações e, por outro lado, que afastem a possibilidade de um desembolso significativo de receita pública (dinheiro dos nossos impostos).

Assim, a Assembleia Municipal da Moita, reunida a 24 de fevereiro de 2017, delibera:

- **Solicitar ao Ministério do Planeamento e Infraestruturas o estudo que defina o limite de vida da Portela com desativação das atividades de Figo Maduro e da manutenção da TAP, tendo em vista fundamentar, de forma clara e inequívoca, a necessidade de construção desta nova infraestrutura e que a solução AHD-Montijo é a melhor solução para responder ao esgotamento da capacidade aeroportuária de Lisboa;**
- **Recomendar que a CMM acompanhe todo o processo, nomeadamente no que refere às conclusões dos estudos de impacto ambiental que irão ser realizados, onde é essencial garantir a segurança das populações, nomeadamente com medidas minimizadoras, assim como eventuais contrapartidas para o Concelho da Moita ao nível das acessibilidades, entre outras, caso a decisão definitiva aponte para o Montijo."**

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a moção à discussão intervieram os seguintes membros:

Sr. Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Começou por dizer que iria fazer algumas correções ao texto porque não é verdade que tenha sido o PSD a propor a privatização da ANA, foi mesmo o Partido Socialista, pelo que o texto começa logo mal, o Partido Socialista é que propôs a privatização da ANA não foi o PSD, o que é claro para todos e, se quiserem, dá cópias do PEC 4.

Depois disse que nunca viu, e sabem que têm tido governos que fazem umas coisas assim estranhas, mas nunca viu uma coisa como esta em que primeiro anuncia-se o aeroporto, tira-se umas fotografias com o Presidente da Câmara do Montijo e faz-se umas coisas, depois a malta protesta, porque aquilo é ilegal, é imoral, não é correto, não é democrático e a malta diz "ah agora vamos estudar, vamos estudar mas isto é muito importante e vai ser feito", portanto, o processo é uma trapalhada e é uma coisa pouco transparente. Para acrescentar, o Governo só falou com uma câmara da região, uma coisa esquisita, não é por questões de proximidade mas falou com aquela câmara quando devia ter falado com todas, têm organismos que representam as autarquias que já se pronunciaram e pronunciaram-se contra e há aqui qualquer coisa que não está bem.

Depois, têm associações profissionais a dizer que aquilo é um erro, e associações profissionais de todo o tipo, os pilotos dizem que é um perigo para as populações, os engenheiros dizem que há dificuldades de construção, e não sabe como é que aquilo se chama porque não é engenheiro mas já esteve a ler muita coisa, e os pilotos dizem inclusive que, se houver um acidente que cause danos às populações, vão haver culpados no banco dos réus e depois têm uns artistas que, esses sim, vão ter utilização financeira da coisa e que dizem que com umas caçadeiras matam os nossos pássaros e ninguém responde, portanto estão aqui coisas complicadas.

Voltando à moção, e também como um lembrete para todos nesta sala, disse que se recorda que este problema do aeroporto não é de agora porque durante anos, e gastando-se milhões de euros, fizeram-se uma bateria de estudos, o último dos quais, considerava a localização em três sítios e nesses estudos, que foram de vários tipos, sendo os mais importantes os estudos económicos e os estudos ambientais, estava claro que a melhor solução era o campo de tiro de Alcochete, até havia propostas de construção faseada e é ao lado, é ali ao lado.

Lembrou ainda mais problemas, e aqui sim a moção refere, porque vão construir uma coisa numa reserva, numa rede europeia que não permite isto, mesmo no sítio onde os nossos "passarocos," que o outro senhor queria matar com as caçadeiras, usam para passar, e que não são poucos, e esteve a ler sobre isto, e ainda que não perceba muito de pássaros são muitos, como também leu estudos de acidentes de viação e ficou a saber que grande parte dos acidentes de viação é devida a interferência com os "passarocos" e depois têm outro problema ainda pior que é um problema de urbanismo.

Quando se argumenta, como já ouviu, que o aeroporto de Lisboa está perto das casas a verdade é que não estava, porque quando alguém vai fazer um aeroporto mete-o longe das populações, aqui não, é pôr o aeroporto no meio deste tecido urbano muito complexo, não há nada a favor.

Quis fazer referência, e aconselhou todos a estudá-lo, a um estudo que a AECOPS fez e que dizia que a melhor solução para as empresas é mesmo Alcochete porque potencia uma série de investimentos, o outro inviabiliza. E não estão só a falar do aeroporto, estão a falar do metro, estão a falar da plataforma logística do Poceirão, estão a falar da terceira travessia do Tejo que fica inviabilizada porque, com este aeroporto, já se fala, mas como não há transparência não se sabe, na construção de um túnel para Lisboa e numa ponte Barreiro-Montijo, e não foi o próprio que falou foram os responsáveis do Governo, portanto há aqui uma série de coisas completamente erradas.

Para terminar, pediu que o deixassem ter uma consideração que é mais local, porque o cone de aproximação à pista, e é testemunha como alguns aqui são testemunhas, é no enfiamento da Baixa da Banheira e Alhos Vedros, passado pelos Fidalguinhos. Estava lá quando fizeram os testes com os aviões e foi insuportável, as nossas casas não estão preparadas para aquilo, não estão, não estão preparadas, porque é diferente fazer-se uma casa ao pé do aeroporto do que fazer um aeroporto ao pé da casa, as nossas casas não estão preparadas para aquilo. Portanto, estão a falar de coisas complicadas mas também estão a falar de outras coisas, e aqui foi alertado por um piloto não foi por uma pessoa qualquer, porque por vezes acontece haver queda de materiais nas descidas e aproximações e, nestes corredores, geralmente, tenta-se que não haja casas porque cai fuselagem, caem peças pequeninas, mas um parafuso a trezentos metros da cabeça de alguém, ou de um telhado, e isto é normal acontecer, não é o anormal.

Portanto, estão aqui a criar perigosidade para o concelho da Moita e só por isso, e vai ser educado, não percebe esta moção, porque as pessoas que estão aqui têm que defender as populações da Moita, ponto. E, defendendo o dinheiro público, e foram gastos milhões com estudos, disse que estão a falar do lado, estão a falar “epá façam isto sim senhor mas ao lado”, é o que estão a dizer, ao lado há espaço, não há ninguém, há lá pássaros sim senhor, há mais nevoeiro, mas não fica no centro da rota dos “passarocos”, não fica perto de pessoas, é ao lado e, pedindo desculpa, disse que não percebe porque é que isto é nebuloso, não é transparente, só falam com uns, porque é que é assim. Isto deve merecer consulta pública, deve merecer intervenção, deve merecer o acompanhamento de todas as autarquias, mas quem o tem de fazer e quem o tem de promover é quem o anuncia e quem o está a promover, não é ao contrário.

Para terminar, e como representante de uma população que é a mais afetada do concelho da Moita, tem que dizer que não pode votar de outra maneira, vai votar contra a moção, censura a moção, lamenta esta posição do Partido Socialista e isto, na sua opinião, merece luta, merece combate e merece que se mobilizem para defender a lei, para defender o que já estava assim determinado e o que tinha sido aprovado em órgãos legitimados e legítimos, pelo que vão votar contra e tem a certeza que a população da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira há de ter ações de luta contra isto.

Sr. Manuel Marques da CDU

Respeitando o que o seu camarada Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira já disse tem, no entanto, algumas considerações a fazer, nomeadamente, porque julga que o Partido Socialista apresenta esta moção por uma razão de consciência, porque os eleitos do Partido Socialista na Moita certamente não se reveem nesta solução mas querem encontrar uma forma de a Assembleia acabar por não ser contra esta solução, para alívio da sua própria consciência porque, do ponto de vista da estruturação da moção, dos factos recomendados na moção, o que seria legítimo era exigir que o Governo envolvesse os municípios da área, mas todos os municípios, numa discussão aprofundada e fizesse um investimento que valorizasse o país e a região e não uma solução que diz que pode não acontecer mas pronto, lá ficam entre as “tintas e meias tintas” que é a Base Aérea nº6, que é uma solução “afonsinha” para a solução de um aeroporto internacional que o país precisa.

Não há, na solução do Governo, ou melhor, na posição do Governo, uma solução de futuro, abrangente, isto é, que ultrapasse o tempo e traga investimentos e recursos a este país, e o Partido Socialista local sabe que isso acontece mas quer então recomendar que a Câmara acompanhe os estudos. Não, que o Governo recue na sua posição e oiça os municípios, porque se isso aqui estivesse, apesar de tudo o resto, votaria a favor, porque é exigir que o Governo passe a ter uma visão de acordo com o seu compromisso com o povo, não é de outra maneira, agora querem aqui uma “ponte romana para cobrar umas coisas e tal como antigamente”.

O país precisa de uma visão, uma visão que dê longo prazo aos investimentos e que reproduza esses investimentos, e não agora pedir “epá tenham lá calma” ou “que a Câmara acompanhe”, se calhar, daqui a bocado, vão pedir à Câmara que vá ensinar o Governo a governar, o que por acaso era boa ideia, por acaso era boa ideia, e por isso só acrescenta isto porque percebe o problema da consciência, porque

sabem que aquilo não é uma boa solução, não estão de acordo, mas não enfrentam o Governo, isto é, porque quem luta, luta, e quem não quer lutar diz aos outros “epá aguentem aí um bocadinho, não nos batam tanto”.

Sr. Carlos Albino do PS

A este respeito disse que quando o Partido Socialista, conforme se pode comprovar pelas atas, há cerca de um ano, trouxe o tema para cima da mesa para que pudesse ser discutido e debatido, nomeadamente, colocando questões ao executivo, na altura, na pessoa do Sr. Vice-Presidente, nada houve a dizer sobre esta matéria, nem nenhuma questão foi colocada, e foi-lhes aconselhado contactar ou falar com o presidente do concelho vizinho, como se fosse ele a responder pelos destinos desta autarquia, pelo que muito lhe espanta algumas posições que ouve aqui.

Sendo claro, como é apresentado na moção, que reconhecem os constrangimentos causados, também reconhecem as oportunidades que este empreendimento nos pode trazer, assim este concelho tenha a capacidade de tirar proveito das novas instalações do aeroporto.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Disse que iria dar a palavra à Sr^a Filomena Ventura, que tinha mais duas inscrições a seguir e que durante a intervenção da Sr^a Filomena termina o prazo para se inscreverem.

Sr^a Filomena Ventura do PS

Começou por dizer que compreende todas as contra-argumentações feitas até agora pela bancada da CDU, que não lhe agradam muito os juízos de valor mas estão em democracia, portanto, tem de os ouvir e registar. Gostava, porém, de salientar a segunda e a terceira folha da moção, conforme foram distribuídas após serem fotocopiadas.

Sobre o primeiro parágrafo da segunda folha, que não irá ler para não ser exaustiva, quis apenas dizer que as suas duas últimas linhas remetem para uma análise muito aprofundada do modelo de financiamento e do impacto ambiental na zona de influência.

O segundo parágrafo da segunda folha chama a atenção para o problema do cone de aproximação ser feito sobre a Baixa da Banheira, Alhos Vedros e Lavradio, e os problemas para o concelho da Moita e do Barreiro. Esta é a moção do PS, agrada-lhe ver alguns assentos que sim.

O terceiro parágrafo da segunda folha remete novamente para a Zona de Proteção Especial e para a nidificação de aves, que todos têm consciência que existem, e o alto risco que pode existir porque o cone de aproximação é sobre uma zona densamente povoada e com instalações industriais.

Para terminar, disse que sugerem que, caso seja aprovada, e já sabem que não vai ser, esta Assembleia Municipal solicite, a quem compete a fiscalização do que acontece e ao Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, um conjunto de coisas que vise fundamentar, de forma clara e inequívoca, e reiterou, de forma clara e inequívoca, a necessidade da construção desta nova infraestrutura e que lhes diga que a solução Humberto Delgado – Montijo é a melhor solução para responder ao esgotamento da capacidade aeroportuária de Lisboa.

Claro que são regidos, no concelho da Moita, por voto democrático, pela Câmara Municipal da Moita, portanto, para além de se responsabilizarem, o que solicitam é que a Câmara Municipal da Moita acompanhe este processo, pelo que não percebe quais são as dúvidas, democraticamente aceita-as, mas continua sem as perceber.

Sr. João Faim da CDU

Disse que não iria repetir os argumentos que já foram aqui referidos pelos camaradas da bancada da CDU que o antecederam, por concordar com todos eles, mas não pode deixar de voltar a referir-se a alguns aspetos da moção que estas duas últimas intervenções até vieram aflorar e, de certa forma, esclarecer.

Já aqui foi referido que esta moção parece que é algo do tipo “uma no cravo, outra na ferradura”, e até acha que os argumentos que aqui são postos, quer em termos de contraindicações para o ambiente, no caso do aeroporto internacional do Montijo, quer a perigosidade, que já aqui foi falada, para as populações, estão cá, naturalmente, na moção. O que a moção diz e o que as intervenções aqui vieram, exatamente, esclarecer é que é inaceitável, perante tamanhos argumentos, argumentos com tanta validade e peso,

admitir sequer que o aeroporto internacional possa vir para a Base Aérea do Montijo, e esta é a questão e a moção admite, exatamente, esta possibilidade.

Não chega apenas dizer que a Câmara Municipal tem que acompanhar os estudos, quando é sabido que a Associação de Municípios da Região de Setúbal pediu uma audiência com o Sr. Ministro e com o Sr. Primeiro-ministro para ser esclarecida, porque foi arredada, propositadamente, pelo Governo toda esta discussão. Ora, esta moção também deveria ter aqui, para ser coerente, um voto de condenação à atitude do Governo em não ouvir o conjunto dos municípios da região de Setúbal, portanto, há aqui um conjunto de contradições muito grande.

De facto, não é um presidente de Câmara de um concelho vizinho que lhes há de prestar os esclarecimentos, não é isso que querem, querem sim que, quem de direito, neste caso o Governo, que já anunciou, já assinou, no próprio *site* da empresa concessionária, a Vinci Airports, está já um comunicado referindo, exatamente, esse compromisso, que há esse protocolo de intenções com o Governo português para que o aeroporto seja localizado na Base Aérea do Montijo quando, na verdade, até se usa o argumento, e a própria empresa no seu próprio estudo diz isso, a Vinci Airports que é a concessionária da empresa ANA diz isso exatamente, e leia-se que são dados que estão no *site* da empresa, que o aeroporto Humberto Delgado, em 2016, registou um movimento de passageiros de vinte dois vírgula quatro milhões, que este movimento de passageiros teve um aumento de doze vírgula sete por cento em relação a 2015 e que, para o ano de 2017, está lá dito que o aumento de movimento de tráfego de passageiros é ainda superior, com uma taxa de crescimento que se prevê ainda superior àquela que se verificou em 2016, mas também é dito claramente, que a Portela não serve e que não pode ter expansão.

Ora, esta empresa vai ser concessionária, e é verdade que também é dito aqui na moção que foi uma concessão ruínosa e que, como também já aqui foi dito pelo seu camarada, fez parte do Pacto de Estabilidade e Crescimento que o próprio Partido Socialista apoiou, e a Vinci Airports é uma multinacional francesa que tem aeroportos em quase todo o terceiro mundo, pasme-se, e alguns em França, por cinquenta anos e é sabido que a solução do Montijo não vai durar cinquenta anos, a solução do Montijo é um paliativo, e até o argumento da urgência da expansão do aeroporto acaba por cair pela base porque mesmo o anterior governo do Partido Socialista, depois de estudos exaustivos, de uma discussão de décadas, anunciou que a solução seria a construção do aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete.

Esta foi uma decisão de um governo do Partido Socialista porque, depois de estudos apurados, depois de ouvir as associações empresariais, os municípios, as associações profissionais, os estudos académicos, tudo aponta para que o Campo de Tiro de Alcochete seja a melhor solução. Agora, abrir novamente a porta a novos estudos é novamente estar a lançar poeira para os olhos das pessoas, é regredir na urgência que sabem que é uma solução para o novo Aeroporto Internacional de Lisboa e é inaceitável admitir que essa solução possa ser na Base Aérea do Montijo.

Sr. João Figueiredo da CDU

Disse que faz suas as palavras dos seus camaradas que antes falaram e que o que quer apenas acrescentar é uma coisa muito simples, é que pelo historial dos últimos anos, nesta questão do aeroporto, que é longo, chegou-se à conclusão que a opção da construção faseada do novo aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete teria uma série de vantagens económicas e ambientais, e o que nesta altura o Governo do PS está a fazer, com a conivência do PS local e com a conivência do PS Montijo, é um atentado ambiental para o estuário do Tejo, e é um atentado ambiental para a zona urbana do nosso concelho, porque o dão como adquirido, tanto que foi dito já nesta Assembleia que se espera que o concelho consiga tirar proveito deste equipamento.

Portanto, têm como certo que este equipamento será construído, e sabem que há um impacto grande sobre a população, há um impacto de até um máximo de vinte e quatro aviões aterrarem no aeroporto, portanto, são vinte e quatro aviões por hora a aterrar sobre a Baixa da Banheira e Alhos Vedros, e é este o incómodo que vão criar às populações e, como se não bastasse este dano, acrescentam ainda a eventual necessidade, como se isto fosse apenas uma eventual necessidade, de expandir a referida pista para a Zona de Proteção Especial, pelo que o que nunca mais, nunca mais, poderão alguma vez dizer é que pretendem proteger o ambiente, pretendem proteger o aumento sustentável na Área Metropolitana de Lisboa, porque o que estão aqui a defender é o contrário de tudo isto.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Por não ter mais nenhum pedido de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a **moção** a votação foi a mesma **reprovada por maioria** com sete votos a favor do PS; dezanove votos contra da CDU; três abstenções, sendo duas do BE, uma do PSD.

Em seguida foi apresentada, pela **CDU**, a seguinte **Moção**:

Srª Tânia Ribeiro da CDU

“8 de Março – Dia Internacional da Mulher

As comemorações do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher são inseparáveis da história de luta das mulheres trabalhadoras, pela sua emancipação económica, social e política.

As mulheres lutam, muito, todos os dias no sentido de dar visibilidade e amplitude às suas reivindicações, associando-as à resolução dos problemas do País. Aos mais distraídos pode parecer estranho que em pleno século XXI hajam comemorações e iniciativas de mulheres num moderno país da desenvolvida Europa. Mas se é verdade que a situação das mulheres portuguesas deu passos de gigante nas últimas quatro décadas, fruto em particular das conquistas da Revolução de Abril, há problemas gritantes que persistem e, nalguns casos, se agravam.

Na verdade as mulheres portuguesas têm dado um contributo imprescindível à luta mais geral dos trabalhadores – basta pensar na persistente e vitoriosa luta pela reposição das 35 horas de trabalho na Administração Pública, em que sectores de grande concentração de mão-de-obra feminina, como as autarquias locais, foram decisivas para o desfecho final dessa resistência.

O desemprego, que continua com uma forte componente feminina, em particular nas jovens mulheres e nas desempregadas de longa duração, a emigração forçada, ou a pobreza que se reproduz num ciclo de baixos salários que geram reformas baixas.

Vejamos também nos direitos associados à função social da maternidade e nas limitações que em quase todos os locais de trabalho são impostas às mães trabalhadoras (e aos pais, diga-se em abono da verdade). Nas creches, jardins-de-infância e tempos livres caros e sem vaga, na insuficiência dos apoios sociais, nos transportes públicos caros, desconfortáveis, com horários incompatíveis uns com os outros e mais ainda com as vidas das crianças e das famílias.

Pensemos na habitação, na saúde, na Segurança Social, no desporto e na cultura e nas dificuldades específicas que as mulheres têm nestas áreas. Ou nos números e nas histórias impressionantes de mulheres vítimas de violência.

Reflitamos na ofensiva ideológica relativamente ao papel da mulher na sociedade que se tem refinado e diversificado nos últimos anos: da pressão para que todas sejam supermulheres lindas e maravilhosas profissionais, esposas, mães, donas de casa; da sordidez da banalização da prostituição e do tráfico de mulheres; da responsabilização das mães trabalhadoras pela «falta de valores» da sociedade em geral e das novas gerações em particular.

Hoje, dão e são, um enorme contributo no desenvolvimento do País, na produção, nos serviços públicos, na cultura, na ciência, no desporto. E no que poderiam dar mais ainda ao País se os seus direitos fossem mais respeitados, as suas capacidades estimuladas e valorizadas, se não andassem tão estoiradas a tentar empurrar todas as esferas das suas vidas para a frente.

O Movimento democrático de mulheres realiza uma manifestação no Dia 11 de Março onde fazem falta todas as vozes, reivindicações, anseios, onde cabe a afirmação de que o País precisa das mulheres para se desenvolver, para produzir mais e melhor, para ser mais justo. De que a luta por um Portugal com futuro passa pela igualdade na lei e na vida.”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Perante a ausência de pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a **moção** a votação foi a mesma **aprovada por unanimidade** com vinte e nove votos a favor, sendo dezanove da CDU, sete do PS, dois do BE; um do PSD.

Em seguida foi apresentada, pela **CDU**, a seguinte **Moção**:

Sr. João Figueiredo da CDU

“Moção sobre Transferência de Competências

A descentralização administrativa, conforme a Constituição da República Portuguesa, tem por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública, assegurando os direitos das populações. Descentralização que envolve, entre outros aspetos, a transferência de atribuições e competências para as autarquias, “sem prejuízo da necessária eficácia e unidade de ação da Administração”.

A transferência de poderes e competências para executar física e financeiramente ações, serviços ou investimentos é mera desconcentração. Só existe descentralização quando a transferência inclua o poder de decidir.

A transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada dos meios humanos, património, recursos financeiros e seu planeamento temporal, adequados ao desempenho das funções transferidas, visando uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, e não pode consistir, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o Poder Local.

A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação que faça sentido à luz do princípio da subsidiariedade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado.

Objetivos que exigem, como garantia de coerência do processo, uma delimitação clara das atribuições e competências que envolva os níveis de administração central, regional e local.

Devem manter-se no Estado, para além dos que são próprios do exercício da soberania, os poderes que permitam o desenvolvimento estrutural do País e os que coloquem todos os cidadãos em plano de igualdade no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios económico, social e cultural.

A inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas – que não são substituíveis pelas CIM ou qualquer outra solução intermunicipal, constitui um obstáculo a uma efetiva descentralização que é urgente resolver.

Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, e reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm, e exigem a devolução às autarquias dos meios que lhes foram retiradas com a imposição do modelo dos sistemas multimunicipais de águas e resíduos.

A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessário e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro.

Face aos projetos de diplomas do Governo agora concluídos sobre transferência de competências e sobre a orgânica das CCDR, a Assembleia Municipal da Moita, reunida a 24 de Fevereiro de 2017, delibera:

1. Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração, e à defesa da autonomia dos municípios.
2. Reafirmar a descentralização como condição essencial para o desenvolvimento local e regional.
3. Exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do poder local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana.
4. Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a moção à discussão intervieram os seguintes membros:

Sr. Luis Morgado do BE

Começou por dizer que percebe as intenções do Governo no objeto da descentralização, que aliás é sempre uma questão a saudar, mas que esta moção o ganha para votar a favor dela, sendo que apenas julga que o ponto dois devia ser o ponto um, porque, exatamente, só consegue confiar num processo de descentralização se terminar o enguiço em todas as descentralizações e transferências que têm vindo a ser feitas, ao longo de quase quarenta anos, para as autarquias locais e não só.

Aí sim acreditaria, e só passaria a acreditar se, exatamente, avançassem para as regiões administrativas, ou seja, para a regionalização, e este ponto dois devia ser o ponto um porque isso é, exatamente, o fundamental para que todo o processo e os grandes objetivos do Governo em relação à descentralização fossem mais aceites, houvesse alguma confiança, em relação a isso só por via, naturalmente, de um processo, o processo da regionalização.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Deu indicação para que quem quisesse intervir assinalasse a sua intenção durante a intervenção do Sr. Luis Chula.

Sr. Luis Chula do PS

Disse que estão aqui perante uma moção que se foca sobretudo na desconfiança e que também se foca mais nas transferências de competências do que propriamente na descentralização de funções que o Estado central, neste momento, ou até este momento, historicamente, vem tomando a seu cargo, quando se pretende, com esta reforma, fazer passar para os municípios muito dessas responsabilidades.

É um projeto que, pessoalmente, e isso é uma classificação sua, é de alguma forma megalómano.

Já aqui votaram, e ao lado da CDU, contrário à descentralização de competências ao nível da educação, cuja vontade, em governos passados, estava em embrião. Agora, aquilo que surge é na verdade tentar utilizar modelos que já existem noutros países, e que é transferir para os municípios e para as câmaras municipais e juntas de freguesia, responsabilidades maiores, o que, de alguma forma, também obriga a que os responsáveis futuros tenham efetivas competências para dar conta dessas mesmas novas responsabilidades.

E isto para dizer que, ao fim ao cabo, é de facto uma matéria que os obriga a refletir bastante e, sobretudo, a ter em consideração a forma como tal será passado, mas não podem reduzir essa passagem nem ao medo de que vão ser traídos porque não lhes vão mandar dinheiro, não lhes vão mandar funcionários, não lhes vão permitir que consigam abrir, ou seja, que não lhes venham dar novos recursos, porque é evidente que, com os recursos atuais, é impossível cumprir aquilo que o Governo pretende, isso é uma evidência, quer financeiros, quer humanos, quer, inclusive, se calhar, de equipamentos.

Esta moção até poderia ser votada tranquilamente pelo PS, contudo existem aqui algumas questões, sobretudo essa do “não vamos por aqui porque esta gente costuma estar sempre a falhar e depois a gente assume aqui um compromisso e depois roem a corda e não passam para cá nem dinheiro nem pessoas nem nada disso”, e essa tónica pessimista vai, ao fim ao cabo, acontecer e vai acontecer *ad eternum* porque se vão por este caminho isso nunca mais acontecerá.

Este é um processo em que o Governo tem estado em constante contacto e reunido com a Associação Nacional de Municípios, como é evidente, também com a Associação Nacional de Freguesias, e só com esse conjunto de discussões, e nesses fóruns, é que será possível chegar a um consenso, mas esse problema não é um problema exclusivo do concelho da Moita e do município da Moita, é um problema que se estende a todo o país e a todas as câmaras, se calhar, dirigidas, muitas delas, pelo Partido Socialista, e não tem qualquer dúvida em dizer isso.

De qualquer forma, disse que tem aqui a anotar, sobretudo o ponto três, que é “*exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do poder local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana*”, que não tem dúvidas que a autonomia do poder local deve ser o mais ampla possível,

deve saber-se governar por si própria, não deve depender, mas estão aqui a fazer uma ameaça que inquina todas as negociações possíveis, daí que, perante estas situações, não veja forma de poderem votar favoravelmente esta moção, pelo que se vão abster.

Sr. João Figueiredo da CDU

Começou por dizer que aceitam, claramente, a proposta do Sr. Luis Morgado e que o ponto dois passa a ponto um, e vice-versa, porque tem toda a razão e faz mais sentido assim.

Em relação às outras questões em que são acusados de serem desconfiados disse que, provavelmente, o Sr. Luis Chula não andou aqui nestes anos todos em que estão a perceber que há uma série de atribuições dos municípios que não têm as contrapartidas que deviam ter do poder central. Por exemplo, não se lembra de, e corrijam-no se estiver enganado, pelo menos neste mandato, a Lei das Finanças Locais ter sido cumprida, portanto, como é que não podem não estar desconfiados quando a própria lei-quadro que foi proposta pelo Governo é vazia, não especifica muita coisa, deixa ideias no ar.

Reportando-se apenas ao artigo dezasseis, que é o referente à habitação, e que tem dois pontos, sendo que o primeiro ponto diz "*é da competência dos órgãos municipais gerir os programas de apoio ao arrendamento urbano e à reabilitação urbana*" e que o ponto dois diz "*são transferidos para o município, através de diploma próprio, a titularidade e a gestão dos bens imóveis que integram o parque habitacional da administração direta e indireta do Estado*", tendo uma ideia que a habitação social do Estado no concelho da Moita tem, aproximadamente, quarenta anos, habitação essa que foi construída numa altura em que era necessário construir depressa e que não havia os critérios de construção que existem agora, portanto, é má construção, tem muitos anos e não tem sofrido as obras que devia ter sofrido, disse que isto traz um encargo enorme para o município mas, neste artigo décimo sexto em que se fala da habitação, não há mais nada que seja transferido, é apenas a habitação, não são transferidas verbas para fazer a recuperação da habitação, não são transferidos os meios humanos que são necessários para trabalhar estas questões, já para não falarem de outras áreas.

Imaginem o que é todos os funcionários das escolas e dos centros de saúde passarem para o município, porque ao passarem é preciso que os municípios tenham estruturas para albergar esses funcionários, quando ainda há muito pouco tempo houve uma limitação clara aos municípios quando foram cortadas as chefias e, neste município, foram cortadas, aproximadamente, em cinquenta por cento. E, a acrescentar a isso, para as mesmas chefias que têm agora, saturadas de trabalho, vão ter mais algumas centenas de trabalhadores.

Portanto, é isto que exigem que seja liminarmente eliminado na proposta do Governo e é por isso que apresentam esta moção, o que propõem é isto, não é outra coisa, pelo que têm, exatamente, que ser desconfiados porque o que lhes está aqui a ser apresentado são transferências de competências e porque, no ponto mais à frente, vão ver qual vai ser o modelo de transferência de tudo o resto.

Sr. Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Disse que iria tentar ser breve e que, em primeiro lugar, queria fazer dois considerandos que acha que são pertinentes à discussão, porque, primeiro, quando estava a ouvir o Sr. Luis Chula, estava a pensar que se o PS Moita fosse tão exigente com o Governo como é com a Câmara da Moita tinham muitos problemas resolvidos, e esta dualidade de critérios que há aqui também lhe traz desconfiança, desculpem-no mas pode ter desconfiança.

Depois, pediu que o deixassem explicar ao Sr. Luis Chula o que é a autonomia, e a autonomia é mesmo o que está aqui, não é outra coisa, não é "és autónomo mas dependes de mim para te autorizar isto e não pode fazer ...", não, a autonomia não é isso. Infelizmente, não têm bons exemplos do Governo porque não têm autonomia em Portugal, são um Estado capturado pela máquina financeira, pelos diretórios do capital europeu e estrangeiro, e internacional fora do estrangeiro e, neste momento, até por outros, mas dependem, para tomar decisões, de gente que nem conhecem, que não é eleita, e não se sente confortável com isso, agora, no que diz respeito ao poder local, pelo menos conhecem a cara.

E o que se tem passado, ainda que, como dizia o Sr. Luis Chula, o processo está muito bem, que não é preciso ter desconfiança, que a descentralização não deve partir do que foi feito, é que o problema é quando vão ler os pareceres da Associação Nacional de Municípios e da Associação Nacional de Freguesias, que dizem que o processo não é transparente, que não sabem, que se fala nas competências a transferir e, aliás, algumas delas nem são do acordo das destas duas associações, mas não se fala dos meios.

E o mais grave, já com este Governo, é que já viram o dito por não dito, e recordou aqui a questão da extinção de freguesias em que lhes foi prometido, foi-lhes prometido pelo Sr. Primeiro-ministro e pelo Partido Socialista, que todas as freguesias que se tinham pronunciado contra o processo do anterior governo iriam voltar a ser freguesias. Afinal, já não é bem assim e até disseram “não a gente está aqui a construir o novo modelo autárquico e vamos dar aqui umas novas competências e uns meios”, as competências estão e os meios não estão e a verdade é que o próximo mandato está já aqui.

Portanto, mais uma vez, o processo não é transparente, tem muitas críticas das estruturas e de muitos autarcas do Partido Socialista, e o que diz, mais uma vez, é que sabendo que há muitos autarcas do Partido Socialista que se manifestam publicamente contra este processo, porque não se sabe muito bem o que é que aí vem, não percebe porque é que o PS Moita tem este tipo de comportamentos, que acha que são seguidistas, e aceita tudo o que vem do outro lado, pelo menos punha o pé atrás e já não era mau se votassem esta moção que não tem nada de mal, já era uma prova que estavam preocupados, mas não, não percebe, sinceramente não percebe.

Para terminar, disse que os exemplos que o seu camarada João deu são extraordinários, que podiam dar muitos mais e que queria aqui, até por uma questão de raciocínio, e aquilo que o Sr. Luis Morgado disse é bastante correto e também é um reforço da autonomia, porque podem falar de autonomia mas não regionalizar é não autonomizar, e é estar dependentes de alguém e de alguém que não os conhece, e de alguém que, por sinal, até nem faz as coisas como devia, dizer que, para além do que ele disse que é correto, é um pilar para isto, é também uma forma de autonomizar.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Por não ter mais nenhum pedido de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a **moção** a votação foi a mesma **aprovada por maioria** com vinte e dois votos a favor, sendo dezanove da CDU, dois do BE, um do PSD; cinco abstenções do PS (em cujo texto inicialmente transcrito já consta a alteração aceite).

Em seguida foi apresentada, pela **CDU**, a seguinte **Moção**:

Sr. João Faim da CDU

“Pela construção do Novo Aeroporto de Lisboa, opção certa para o desenvolvimento económico e social da Região de Setúbal e do país

O Aeroporto da Portela de Lisboa, atual Aeroporto Internacional Humberto Delgado, há muito esgotou a sua possibilidade de ampliação e está muito próximo da saturação, tendo registado em 2016 um movimento recorde de 22,4 milhões de passageiros.

Há mais de duas décadas que é necessária uma solução para este aeroporto, pelo que se tem discutido o seu futuro, num amplo debate técnico e político. Em 2008, o Governo consagrou a solução da construção de um novo aeroporto internacional nos terrenos do Campo de Tiro, opção esta que resultou, de um alargado consenso.

Esta decisão sustentou-se na proximidade de se atingir a capacidade máxima do atual aeroporto; na necessidade de se construir uma alternativa estratégica, capaz de responder às necessidades de crescimento do tráfego aéreo a longo prazo; nas características morfológicas favoráveis da localização e do seu adequado afastamento de zonas urbanas; na posse pública dos terrenos, que representa uma poupança, além de que previne a especulação imobiliária.

Para a Região de Setúbal a localização do novo aeroporto no Campo de Tiro é um elemento importante da estratégia de desenvolvimento que os Municípios e os atores económicos e sociais da região têm defendido, tanto mais que converge com um conjunto de outros investimentos estruturantes, necessários para o crescimento e a retoma económica, promovendo o reequilíbrio funcional e sócio- económico das duas margens da AML.

Ao longo de dez anos a atuação governativa relativamente ao novo aeroporto pautou-se pelo imobilismo, adiando uma solução urgente a cada dia. Com o alibi das restrições impostas ao investimento público pelo

Memorando de Entendimento, todos os projetos fundamentais para o desenvolvimento do país e da região foram adiados indefinidamente, tendo neste período, sido privatizadas pelo anterior Governo, a TAP e a ANA.

A ANA, responsável pela gestão dos aeroportos nacionais, foi concessionada por 50 anos à empresa francesa “Vinci Airports”. No entanto, na base da celebração do Contrato de Concessão, esteve implícito o compromisso por parte da empresa para fazer os investimentos necessários à construção de um novo aeroporto, em virtude da saturação da Portela.

Prepara-se agora o Governo para confirmar uma opção para a utilização da Base Aérea do Montijo, como terminal complementar do Aeroporto da Portela. A privatização da ANA, não pode impedir que sejam os interesses nacionais, e não os interesses da multinacional, a prevalecer nas decisões que o poder político venha a adotar.

A Assembleia Municipal da Moita considera assim que:

- A opção de um terminal low cost na Base Aérea nº 6 no Montijo não é a solução mais adequada, nem para o país nem para a região.
- Esta opção beneficia apenas a multinacional concessionária do aeroporto de Lisboa, a qual ficaria desobrigada de investir num novo aeroporto, por troca com os encargos incomparavelmente menores de adaptação das pistas e instalações da Base Aérea.
- Esta opção é irremediavelmente limitada na sua capacidade e conseqüentemente na sua duração.
- O investimento que é dispensado à Vinci, será depois necessário a médio prazo, a expensas dos contribuintes e do erário público.
- Os custos elevados decorrentes da deslocação das funções e equipamentos militares, desmentem o alegado baixo custo desta opção e serão ainda por cima suportados pelo Estado e não pela empresa.
- Esta opção significa para a Região não acolher um equipamento estruturante, determinante ao seu crescimento económico, substituída por uma não solução, que se aponta como meramente complementar ao Aeroporto da Portela.
- O benefício económico para a Região, resultante da instalação deste terminal no Montijo é bastante reduzido, seja ao nível da criação de emprego, seja na atração de investimento ou na ligação ao tecido económico local, uma vez que o que é apontado para o Montijo não é mais que um terminal de passageiros, vocacionado para as companhias de baixo custo, com encaminhamento para Lisboa.
- Não são conhecidos os estudos de impacto ambiental para a utilização da Base Aérea como aeroporto comercial de alta intensidade de tráfego, indispensáveis tendo em conta que esta localização encontra-se inserida numa região urbana de alta densidade, que afeta o concelho da Moita, nomeadamente as populações da Baixa da Banheira e de Alhos Vedros que se situam na principal trajetória de aproximação à pista e também próxima de zonas naturais protegidas de elevado valor ambiental: Zona de Protecção Especial do Estuário do Tejo, Reserva Natural do Estuário do Tejo e Rede Natura 2000.

Consideramos assim inaceitável que as decisões sobre um projeto desta importância e de grande impacto sobre a Região estejam a ser preparadas sem o envolvimento e auscultação das populações e do conjunto dos Municípios.

Reafirma-se que é necessário para o País e Região, a construção do Novo Aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete, opção que responde às necessidades atuais e futuras relativamente ao tráfego aéreo, de passageiros e de mercadorias. Esta construção deve ser faseada, podendo envolver durante um período significativo, a existência de dois aeroportos, até à eventual desativação completa da Portela.

Consideramos também que a construção do Novo Aeroporto de Lisboa na nossa Região, associada à concretização progressiva dos investimentos estruturantes planeados e acompanhada de uma política assente na dinamização do investimento e da produção nacional, contribuirá não só para o crescimento económico, o aumento do investimento e do emprego e o desenvolvimento da Região e do País.

Na sequência desta moção declaramos a nossa solidariedade para com os Municípios da Região, exigindo que o Governo e o Sr. Primeiro-ministro auscultem a sua posição sobre esta matéria, na salvaguarda do interesse Nacional e da Região.”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a moção à discussão intervieram os seguintes membros:

Sr. Carlos Gonçalves do PSD

Começou por dizer que estava aqui a pensar, de si para si, em números que afetam o nosso distrito, sendo que cento e vinte mil pessoas atravessam, diariamente, o rio para ir trabalhar para Lisboa, dois terços das pessoas que têm capacidade para trabalhar encontram emprego em Lisboa e só um terço no distrito de Setúbal e que o Produto Interno Bruto da Península de Setúbal, *per capita*, a preços correntes, é de essencialmente doze mil euros, o Alentejo tem quinze mil, e que só encontram um Produto Interno Bruto mais baixo que o nosso nos Açores e em algumas zonas do interior no Norte.

Não sabe se este distrito pode esperar mais vinte anos por uma edificação estruturante que venha a alavancar o emprego no nosso distrito e, a solução do aeroporto no Campo de Tiro, vai demorar muito tempo pelo que não sabe se não será melhor pensarem em infraestruturas e reivindicarem infraestruturas que liguem o aeroporto do Montijo à parte sul, inviabilizando a possibilidade de o aeroporto ser unicamente usado para transferir gente para Lisboa.

O nosso distrito não pode esperar tanto tempo por estruturas que possam vir a beneficiar a nossa população.

Sr. Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Disse que tinha três apontamentos porque acha que são importantes sobre as questões que estão aqui a ser realmente discutidas.

Ninguém, pelo menos das opiniões que ouviu, está contra um aeroporto e uma solução do aeroporto, estão aqui a discutir duas coisas que são um aeroporto provisório, que não vai servir para aquilo que precisam mas que só serve os interesses de alguns, no Montijo, que será uma trasfega de passageiros para Lisboa, que vai ter transporte rápido e inclusive metro sob a ponte Vasco da Gama para os levar depressa dali para irem lá para os destinos de Lisboa e, uma coisa que foi considerada e que foi estudada durante muitos anos, e daí, se calhar, algumas intervenções serem assunção de culpa por não se fazer aquilo que estuda e aquilo que se aprova, e que foi de forma correta, que é construir uma cidade aeroportuária com serviços, ligada a uma plataforma logística do Poceirão, ligada a uma infraestruturas de comunicação com uma ponte nova, com a ligação ferroviária que não é feita num país moderno, de norte a sul, com ligação a quatro portos fundamentais, e sabem que os portos têm uma atividade fundamental para a nossa economia, o de Leixões, de Lisboa, de Setúbal e de Sines, e uma ligação ferroviária com ligação ao nosso distrito.

Agora, ouve aqui com cada barbaridade, e de pessoas que são especialistas em áreas. A estatística é uma imagem que têm e quando é má utilizada é uma fotografia errada, é uma fotografia queimada pelo sol, ou o que quiserem.

Lembrou que têm uma Península de Setúbal que teve um processo de desindustrialização, que há cidades europeias que perderam metade da população em processos de desindustrialização, ainda que não seja o caso da região de Setúbal, mas tiveram aqui, por fação direta de governos do PSD, PS e CDS, o encerramento de fábricas, a expulsão de pessoas desta área, porque as pessoas desta área vieram para cá trabalhar, vieram do Alentejo, das Beiras, do Algarve, de muitos sítios, para trabalhar, não vieram cá para ser donos de fábricas ou para ser donos de herdades, vieram cá para trabalhar e, quando as coisas até estavam a correr minimamente bem, houve aqui decisões de venda da Siderurgia, do acabar com a CUF, do privatizar a LISNAVE, do acabar, ou tentar acabar com a SETENAVE, ou tentar acabar, e é óbvio que as pessoas ou se vão embora ou ficam dependentes de outras coisas e aqui, como não há emprego, têm que ir para Lisboa.

Agora, o atraso nos investimentos da margem sul, investimentos aprovados, alguns em planos, não será culpa dos governos e desta gente aqui da terra que os apoia? Não será? Então admite-se que coisas tão importantes como o aeroporto ou a terceira travessia do Tejo, que é falada desde o século dezanove, admite-se que esta malta passe ao lado e depois venha dizer "ah isto o distrito de Setúbal está mal"? Não se admite e acha que é mesmo quem está no governo e nos faz mal que é responsável, e quem está aqui que tolera isto e até apoia e bate palmas também é. E é dizer às pessoas que quando fecharam as fábricas havia fome no distrito de Setúbal com fartura, fome, fome porque fecharam fábricas com opções dos governos, fome, não foi porque as pessoas daqui são más, fome, fome, é só para ficar ciente.

Por último, disse que há uma coisa que tem de ser dita porque têm aqui pessoas que estão a apelar à ilegalidade, porque qualquer aeroporto tem de ter estudos de impacto ambiental, tem que ter estudos,

perguntou se percebiam que não são as próprias empresas que fazem os estudos e, porque estão a falar da nossa população que votou em todos, questionou como é que estão a defender que haja empresas que têm interesse nisto que façam o estudo quando estão a falar de estudos das empresas que vão usufruir quando o Governo anuncia que vai fazer.

O papel de todos, como eleitos, e pediu desculpa pelo que vai dizer mas sente isto, é defender as populações, pelo que não podem aceitar que obras que, na lei, dizem que têm que ter estudos disto e daquilo, estudos de tudo e mais alguma coisa, não os tenham. Não pode aceitar que o campo de futebol do banheirense tenha que ter estudos geotécnicos e o aeroporto do Montijo não tenha, ou que não tenha estudos de impacto ambiental, ou que não deixem a Câmara da Moita fazer uma coisa porque é sapal mas já se pode fazer uma pista do aeroporto, isto não é assim, tem que ter estudos e o outro aeroporto tinha estudos.

Questionou ainda se sabem quanto é que custam os estudos para um novo aeroporto e o tempo que demora e se será correto, e não ouviu ninguém daquele lado dizer nada, que um governo ou um primeiro-ministro anuncie, em parceria com uma empresa, que vai fazer um aeroporto sem ter as condições legais nem ter todos os estudos técnicos que sustentam a decisão. Não quer ser mau mas tem que dizer que já viu este filme, viu com o Freeport, e viu com outras coisas, pelo que pediu desculpa mas o Freeport também não teve estudos e “comeram” parte da reserva, viu também com a Arrábida onde também deram cabo de uma parte para justificar o alargamento das pedreiras, portanto, vamos lá a ter calma e a defender a nossa população.

Vamos defender a nossa população porque a nossa população vai ser prejudicada, não há garantias que haja emprego para as pessoas daqui, não há garantias que haja desenvolvimento, o processo que está anunciado é com transporte rápido para Lisboa, não há nada disso, esqueçam isso e defendam a população. E fica realmente revoltado porque acha que as pessoas estão aqui para defender a população, não é para bater palmas ao Governo só porque é o governo daquela cor, e o papel de cada um dos do concelho da Moita é dizer “epá pelo menos estudem” não é “vamos partir do princípio que isto é muito bom e vamos perder mais não sei quantos anos”. Não, estude-se e cumpra-se a lei, não se anuncia uma coisa deste tipo, não se anuncia sem ter estudos, ainda por cima quando estão a falar da segurança das pessoas.

Como última nota, reportando-se ao risco natural e ao risco direto tecnológico que está associado ao risco tecnológico industrial, pediu que imaginassem o que é um avião ou um trem de aterragem cair em cima da fábrica de amoníaco, imaginem o que é um avião cair em cima da fábrica de amoníaco que explodiu há pouco tempo, imaginem o que é uma roda do avião cair em cima de um tanque daqueles, é que caem coisas do ar, e não tem a certeza mas acha que, no último ano, houve quinze ou dezasseis incidentes destes ao pé do aeroporto de Lisboa, e temos aqui, no cone de aproximação, fábricas, tendo lembrado que quando a fábrica de amoníaco explodiu cortaram todo o trânsito na Península de Setúbal para as pessoas não poderem entrar porque podiam morrer.

Portanto, sejam sérios, defendam a população porque estão cá para isto, não estão cá para outra coisa, defender a nossa população e, se são daquele partido que está a fazer asneira, também manda uma mensagem, lá dentro lutem por nós também.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Por não ter mais nenhum pedido de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a **moção** a votação foi a mesma **aprovada por maioria** com vinte votos a favor, sendo dezanove da CDU, um do BE; oito abstenções, sendo seis do PS, uma do BE, uma do PSD.

Declaração de Voto do Sr. Luis Morgado do BE

«A minha abstenção deve-se ao facto de que não gostei de nenhum dos estudos para aeroportos de há anos para cá, todos os que surgiram, OTA e o Campo de Tito de Alcochete.

Todas elas são propostas, num país tão estreito, no meu ponto de vista, projetos “litoralizadores”, sistematicamente “litoralizar” o país, e isto está numa visão não ao serviço da população ou do desenvolvimento do “sitiozinho” que eu moro, nada disso, está uma visão, naturalmente, ao serviço do país, eu combato essa ideia há muitos anos.

Sobre outras partes e outros aspetos que também aqui surgiram não me entusiasmarei.

A solução do Montijo surge-me como pragmática, com todos os riscos que o atual aeroporto da Portela apresenta, os mesmos

Ora, é a mais barata e mais imediata mas para mim a alternativa ao Montijo nunca é o Campo de Tiro de Alcochete, seria sempre mais para o interior.

É esta a razão da minha abstenção.»

Declaração de Voto do Sr. Fabrício Pereira do PS

“Eu abstive-me nas considerações anunciadas por esta moção e acho que nós temos que ver a balança nos dois pratos que são colocados pelos membros que funcionam nesta autarquia.

Há sempre uma tendência de minimizar o papel das autarquias face à questão do desemprego que existe na região, tudo é culpa dos governos centrais.

Entretanto, numa autarquia, como a nossa, as oportunidades de emprego são escassas, muito baixas, quase, ou praticamente, não existem. Não existe a preocupação, por parte da autarquia, em captar investimentos ou na sua procura. Óbvio que, a maioria da população ativa tem que procurar desempenhar funções fora do concelho, e grande parte para Lisboa.

Quanto à criação de investimento e produção de postos de trabalho que o novo aeroporto vai trazer, seja no Montijo, seja em Alcochete, vai ser significativa para uma península onde o desemprego apoquentamos todos os dias.

Em questões de impacto ambiental, o impacto não sei qual será a diferença entre ser em Alcochete que se tem que abater milhares ou milhões de sobreiros, onde também existe aves migratórias, onde também existe ene espécies que deveriam ser protegidas e, entretanto, tem que se optar, em favorecimento das necessidades humanas, seja no aeroporto que seja construído no Montijo, seja em Alcochete, quem paga é sempre a natureza, não penso que isso seja uma questão que possamos utilizar como arma de arremesso.

Entretanto, como autarca, tenho uma preocupação, e aí tenho que ser solidário. O corredor de aproximação está definido entre Alhos Vedros e a Baixa da Banheira, aí eu tenho que ser solidário com essas populações.

Ainda bem que eu moro na Moita, isso é uma verdade, porque se formos a fazer os cálculos da distância da base aérea do Montijo à zona habitacional, se calhar, estamos a comparar o Campo Grande ao aeroporto, ou a zona, provavelmente, da Avenida da Liberdade, se calhar, o Saldanha, será, mais ou menos, se calhar, essa a distância, do Saldanha ao aeroporto e incomoda. Realmente estamos a falar de uma zona em que há muito movimento de trânsito, uma zona de escritórios, sobretudo, e ouve-se os aviões, e as construções foram preparadas.

O que eu acho é que não podemos descurar esta solução, tem que se acompanhar sim é nas populações, nos estudos lá no local e ter em consideração também a desvalorização que as habitações possam ter. Uma habitação custa x , com a passagem de aviões vai custar x menos y , é isto que tem que ser salvaguardado.

Agora, tem que haver também um interesse por parte do município e dos autarcas que representam esta terra, em que haja investimentos, já que não é no concelho que seja nas proximidades, que é necessário criar emprego e produtividade porque, reparemos, nós temos que pensar que a produção também está toda envolvida nisto, o aeroporto não vai só comportar um metro, ou seja de superfície, ou seja barcos a transportarem pessoas, e acho que a autarquia devia ter um papel um pouco mais ativo neste assunto e não ser tão negativista.”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Antes de iniciar o período da ordem do dia questionou se algum membro pretendia intervir.

Sr^a Filomena Ventura do PS

Leu uma declaração política, pela bancada do PS, conforme transcrição infra:

“Em 30 de Setembro de 2016, na Assembleia Municipal, no ponto Atos da Câmara, entreguei um Requerimento ao abrigo do Estatuto da Oposição, que foi aceite pela mesa e integrou a ata minuta, logo teve efeitos imediatos.

Hoje, dia 24 de fevereiro, estão passados 147 dias da entrega do Requerimento ou seja, decorrem mais de quatro meses e meio.

Considero que se passaram todos os prazos legais estabelecidos no Código de Procedimento Administrativo, que regulamenta as relações nas e com as instituições.

Não se podendo aplicar a figura de indeferimento tácito, dado ser obrigatória a informação solicitada ao abrigo do Estatuto da Oposição, lamento que o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal não tenha, no âmbito das suas competências, desencadeado os esforços necessários para que a oposição desta Assembleia tenha a resposta.

Considero ainda ser um desrespeito perante esta Assembleia Municipal, e das suas competências, estabelecidas pela lei, que são de fiscalização dos atos do executivo camarário, a atitude de menorização e de ausência de resposta do executivo da Câmara Municipal.

A essência do exercício do Poder Local tem e deve sempre ser a de transparência.

Quatro meses e meio à espera de uma resposta a um Requerimento ao Abrigo de Estatuto da Oposição representam a menorização do exercício do Poder Local, do exercício da Democracia e da Transparência que se exige a todos os eleitos.”

Sr. Carlos Albino do PS

Informou o Sr. Presidente da Assembleia que a bancada do PS recebeu uma comunicação, a nº003/2017, datada de 1 de fevereiro de 2017, com o assunto “*Condições de segurança das estruturas e equipamentos no concelho da Moita*”.

Pelo assunto, presume que a mesma pretendia ser uma resposta às questões colocadas no requerimento apresentado na Assembleia Municipal de dia 30 de setembro de 2016.

Contudo, nada mais é que um conjunto de generalidades, a informação lá contida não responde às questões colocadas pela bancada do PS, pelo que farão uso de todos os meios ao seu dispor no sentido de obter as repostas claras e objetivas.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – Proposta de adjudicação e autorização para a realização da despesa

- **Nomeação de Auditor Externo**
- **Ajuste Direto nº14/2017 “Auditor Externo para prestação de serviço, no âmbito da revisão legal de contas**

A proposta infra foi aprovada por maioria, com quatro abstenções, em reunião da Câmara Municipal realizada em 08/02/2017:

“O nº3 do artigo 76º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro, retificado pela retificação nº46-B/2013, de 1 de novembro, e posteriormente pelas Leis nº82/2014, de 31 de dezembro, nº69/2015, de 16 de julho, nº132/2015, de 4 de setembro, nº7-A/2016, de 30 de março e pela retificação nº10/2016, de 25 de maio, estabelece que as contas dos municípios que detenham participações no capital de entidades do sector empresarial local deverão ser remetidas ao órgão deliberativo para a apreciação juntamente como certificado legal das contas e o parecer sobre as mesmas, apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, no que diz respeito às contas dos diversos exercícios.

O artigo 77º da mesma Lei estabelece ainda que as contas anuais dos municípios que estejam nas condições referidas no parágrafo anterior devem ser verificadas por auditor externo, competindo-lhe entre outras funções, verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem

de suporte, participar aos órgãos municipais as irregularidades e remeter semestralmente ao órgão deliberativo do município informação sobre a respetiva situação económica e financeira.

Por meu despacho datado de 25 de janeiro de 2017, e nos termos das disposições conjugadas do artigo 36º e 38º, ambos do Decreto-Lei nº18/2008, de 29 de janeiro, revisto e republicado pelo Decreto-Lei nº278/2009, de 2 de outubro, e posteriormente alterado pela Lei nº3/2010, de 27 de abril e pelo Decreto-Lei nº131/2010, de 14 de dezembro, autorizei o desenvolvimento de um "Procedimento de Ajuste Direto", procedimento este que visa a seleção de Auditor externo para prestação de serviço, no âmbito da revisão legal de contas, pelo período de 36 meses, conforme artigo 48º do Código dos Contratos Públicos, tendo sido convidado a apresentar proposta a "Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Sebastião e Santos, SROC".

Da análise da proposta apresentada, concluímos que a mesma se apresenta de acordo com o definido no caderno de encargos, tendo também apresentado a documentação exigida nos termos do artigo 57º do Decreto-Lei nº18/2008, de 29 de janeiro, revisto e republicado pelo Decreto-Lei nº278, de 2 de outubro, e posteriormente alterado pela Lei nº3/2010, de 27 de abril, e pelo Decreto-Lei nº131/2010, de 14 de dezembro.

Em conformidade com o artigo 125º do Decreto-Lei nº18/2008, de 29 de janeiro, revisto e republicado pelo Decreto-Lei nº278/2009, de 2 de outubro e posteriormente alterado pela Lei nº3/2010, de 27 de abril e pelo Decreto-Lei nº131/2010, de 14 de dezembro, não se elaboram relatório preliminar e final.

Nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 94º do Decreto-Lei nº18/2008, de 29 de janeiro, revisto e republicado pelo Decreto-Lei nº278/2009, de 2 de outubro e posteriormente alterado pela Lei nº 3/2010, de 27 de abril e pelo Decreto-Lei nº131/2010, de 14 de dezembro, e uma vez que a despesa é superior a € 10.000, é obrigatório a celebração de contrato escrito.

Assim e atendendo a que foram cumpridas as formalidades legais aplicáveis, propõe-se o seguinte:

- 1 - Ao abrigo da alínea a) do nº1 do artigo 18º, conjugado com o artigo 29º, ambos do Decreto-Lei nº197/99, de 8 de junho, assim como o nº1 do artigo 76º do Decreto-Lei nº18/2008, de 29 de janeiro, revisto e republicado pelo Decreto-Lei nº278/2009, de 2 de outubro e posteriormente alterado pela Lei nº3/2010, de 27 de abril e pelo Decreto-Lei nº131/2010, de 14 de dezembro, a adjudicação da prestação de serviços à empresa "Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Sebastião e Santos, SROC." e autorização para a realização da despesa no montante de € 18.000,00 (dezoito mil euros) + IVA à taxa legal em vigor o que perfaz o valor global de € 22.140,00 (vinte e dois mil cento e quarenta euros).
- 2 - Delegar, ao abrigo do nº1, do artigo 109º, do Código dos Contratos Públicos, a competência no Presidente da Câmara Municipal para aprovar a minuta do contrato decorrente do presente procedimento, prevista no nº1, do artigo 98º, do mesmo diploma.
- 3 - O encargo financeiro a considerar para o corrente ano (10 meses) será o montante de € 5.000,00 (cinco mil euros) + IVA à taxa legal em vigor no montante de € 1.150,00 (mil cento e cinquenta euros) que totaliza o montante global de € 6.150,00 (seis mil cento e cinquenta euros).

Em 2018 e 2019 deverá ser considerado o montante de € 6.000,00 (seis mil euros) + IVA à taxa legal em vigor no montante de € 1.380,00 (mil trezentos e oitenta euros) que totaliza o montante global de € 7.380,00 (sete mil trezentos e oitenta euros).

Em 2020 (2 meses) deverá ser considerado o montante de € 1000,00 (mil euros) + IVA à taxa legal em vigor no montante de € 230,00 (duzentos e trinta euros) que totaliza o montante global de € 1.230,00 (mil duzentos e trinta euros).

O encargo em referência deverá onerar a rubrica 0102 020214 – Estudos, pareceres, projetos e consultadoria.

Por último, e dado que o auditor externo é nomeado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, propõe-se ainda que a presente proposta seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal nos termos do nº1 do artigo 77º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro, com as alterações supra identificadas."

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia apresentar a proposta da Câmara Municipal.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Disse que a proposta que aqui é apresentada visa apenas contratar, pelo período de três anos, o Revisor Oficial de Contas, cuja existência é obrigatória para a certificação das contas dos municípios antes de serem apresentadas ao Tribunal de Contas.

O que propõem é manter a sociedade de Revisores Oficiais de Contas que vem trabalhando com o município já há alguns anos para que, de imediato, esta contratação se efetive, a tempo, naturalmente, da certificação de contas que serão apresentadas a esta Assembleia no próximo mês de abril.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Não tendo sido manifestadas intenções de intervenção, colocou à votação a proposta apresentada.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada por maioria** com dezanove votos a favor, sendo dezassete da CDU, dois do BE; cinco abstenções, sendo quatro do PS, uma do PSD.

2 – Atos da Câmara

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia fazer uma apresentação.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Começou por dizer que gostava de referir algumas questões que lhe parecem ser pertinentes neste final do mês de fevereiro, sendo que, a primeira delas, é esclarecer a Assembleia, uma vez que o assunto se tornou, de alguma forma, do conhecimento público e teve alguma projeção mediática, porque crê ser devido um esclarecimento à Assembleia, esclarecimento este que se refere às ocorrências no cemitério do Pinhal do Forno, relacionadas com ossadas.

O que aconteceu é apenas, no elencar dos factos, que no final do mês de janeiro um utente de um ossário deslocou-se, durante o fim de semana, ao cemitério do Pinhal do Forno e verificou que a urna com as ossadas que devia estar depositada no ossário que lhe estava atribuído não se encontrava. Dirigiu-se, naturalmente, ao coveiro que estava de serviço, portanto, ao funcionário municipal que estava de serviço nesse dia, perguntando-lhe o que é que se passava o que, claro, não pode ser respondido na altura mas que deu de imediato, logo no dia útil seguinte, origem ao desencadear de um processo de averiguações, de um inquérito aberto aos serviços e a todos os trabalhadores envolvidos naqueles serviços e, em simultâneo, a uma verificação integral dos mil ossários existentes no cemitério.

Desta verificação resultou detetarem-se mais três situações idênticas, portanto, um total de quatro ossários cujas urnas tinham sido indevidamente retiradas e, em relação ao processo de averiguações, disse que, tanto quanto tem conhecimento, já foram ouvidos todos os envolvidos, está a ser produzido o relatório e, muito em breve, existirá um relatório cujas conclusões, naturalmente, não pode antecipar.

Aquilo que pode dizer porque é, de alguma forma, independente do próprio inquérito, é que detetaram que o erro teve a seguinte origem: o processo de gestão dos ossários é controlado, naturalmente, pelos nossos serviços administrativos no Departamento de Obras e Serviços Urbanos, têm uma movimentação algo frequente de desistências, que são solicitadas pelos utentes aos serviços administrativos, e depois os serviços administrativos comunicam aos serviços operacionais para retirarem os elementos existentes dentro desse ossário para que fiquem disponíveis para serem atribuídos a um novo utente.

Este processo relativo a estes quatro ossários ocorreu, e ocorreu corretamente, em fevereiro de 2016. Posteriormente, os ossários disponíveis foram atribuídos a quatro novos utentes e o que aconteceu de errado foi que, em finais de novembro, os nossos serviços operacionais voltaram a remover as urnas de dentro desses ossários, e voltaram porque, e pensam que o inquérito esclarecerá isto, e há aqui ainda um esclarecimento que não está inteiramente apurado, não é ainda definitivo, ou houve um erro dos serviços

administrativos dando novamente ordem para que fossem removidos os mesmos ossários, ou houve um erro dos serviços operacionais que não deram baixa em como o trabalho já tinha sido realizado e foram realizá-lo outra vez.

Em qualquer das situações o que aconteceu é que esses quatro ossários foram retirados e, quando acontece esta retirada dos ossários, as ossadas são colocadas dentro de sacos, individualizadas, e são depositadas como, aliás, sucede com todas as ossadas que são depositadas na zona do cemitério que está destinada a esse fim.

O que apuraram, selecionaram, identificaram, foi um conjunto de doze ossadas que foram colocadas neste período, portanto, no período que medeia desde esta ocorrência, de dezembro até agora que, felizmente são poucas porque, neste período de inverno, não houve exumações, portanto, não houve levantamentos, não houve outros movimentos, são apenas aquelas doze que, uma vez identificadas, permitirá, através das técnicas atuais de teste de ADN, verificar quais dessas quatro ossadas correspondem aos quatro utentes que foram vítimas deste incidente e, portanto, vai permitir apor a situação.

Já desencadearam todos os processos, todos os contactos e a avaliação devida desta matéria, está tudo a correr nesta perspetiva e foi também, desde já, comunicada esta intenção aos quatro utentes.

Sobre esta matéria, e agora já na forma de comentário, o que se lhe oferece mais dizer é que a avaliação do trabalho da Câmara Municipal no serviço de cemitérios, naturalmente, não pode ser feita na base de quatro utentes que foram afetados, tem que ser feita na base de um movimento anual, só naquele cemitério, de umas centenas de inumações e exumações, da gestão de mil ossários, de um grande investimento sendo que, aliás, foi agora, esta semana, aprovado um novo investimento para a construção de mais cem ossários, que se aproxima dos quarenta mil euros, portanto, esta é a base de avaliação para o trabalho dos serviços municipais no que respeita a cemitérios.

Agora, os erros ocorrem, não deviam ocorrer mas ocorrem, todos o sabemos, são uma certeza estatística que, mais cedo ou mais tarde, acontece um erro em alguma situação. Ocorreram estes e o que tem que afirmar é que aqui, como em qualquer matéria, a Câmara Municipal determina o seu comportamento pela seriedade e pela serenidade, seriedade porque reconheceram o erro, avaliaram as suas circunstâncias, aquilo que é possível fazer, e vão fazê-lo, serenidade porque não embarcam, nem legitimam, nem participam, em quaisquer aproveitamentos de qualquer natureza que este tipo de ocorrências determine que podem ser usados.

Quis ainda referir um conjunto de outras situações que lhe parecem relevantes neste período que decorreu desde a última Assembleia até agora, dando conta que se iniciaram duas obras de significativa importância para o Vale da Amoreira, com a requalificação do polidesportivo 25 de Abril e a reabilitação da zona adjacente na Avenida Almada Negreiros que, aliás, está a ser conjugada com a intervenção e a obra na escola secundária, que visa alterar a localização da portaria da escola, correspondendo a uma aspiração e uma intenção que a escola tinha já há bastante tempo, e que agora é possível concretizar, que pensam que não só corresponde a uma melhoria efetiva daquele equipamento e daquela zona no Vale da Amoreira como corresponde também a um abrir de uma perspetiva melhor para a escola, no sentido de ver eliminados alguns dos problemas que a anterior portaria, o anterior portão, no local em que estava, podia causar. Isto, conjugado com a circulação dos Transportes Coletivos do Barreiro por aquela Avenida, permitirá uma paragem imediatamente junto ao futuro portão daquela escola estando, efetivamente, criadas melhores condições para dissipar alguns temores relativamente a segurança que podem levar alguns alunos ou, melhor dizendo, algumas famílias de alguns alunos, a não pretender que os seus educandos frequentem a escola secundária.

Um outro aspeto que quis salientar tem a ver com a abertura dos Balcões do Município, que ocorreu no passado dia doze de dezembro, sendo que esta data foi simbolicamente escolhida por ser a data que corresponde ao quadragésimo aniversário da realização das primeiras eleições democráticas para o poder local, e entenderam que uma boa forma, ou talvez mesmo a melhor forma, de celebrar uma data destas é com uma obra importante para as populações e com uma renovação importante para a nossa população, para os nossos municípios, porque é esse o espelho e o retrato que importa do poder local.

Esta intervenção tem várias vertentes ou, digamos que, atua em várias vertentes, porque não só melhora as condições de relacionamento dos municípios com os serviços municipais, com os diversos serviços, como é também importante do ponto de vista das condições de trabalho e da modernização de processos administrativos, porque ela é acompanhada da implementação de novas ferramentas informáticas de gestão documental, de nova circulação de processos, portanto, num trabalho efetivamente de melhoria da eficiência, da eficácia e do relacionamento com o público que é sempre um objetivo do município e que,

aliás, estava expresso nas nossas intenções, no nosso programa eleitoral ao qual, também nesta ação, estão a dar cumprimento.

Uma outra ação que também quis referir, por aquilo que ela tem de significativo enquanto ação de promoção de cidadania, é o circuito que, enquanto Presidente da Câmara, naturalmente, acompanhado pelos vereadores com pelouro, fizeram às escolas do concelho, a todos os alunos do quarto e do nono ano, para lhes falar da Constituição, em pequenas sessões e, no caso dos alunos do nono ano, com visualização de um vídeo que ilustra e mostra o período do 25 de Abril, aquilo que a Constituição significou, e aqui as suas principais características de liberdades, de direitos e de determinação do que é a nossa democracia.

Portanto, estas sessões realizadas já se concluíram com todos os alunos destes anos, à exceção ainda dos alunos noturnos das duas escolas secundárias, pensam que foi, efetivamente, um instrumento de promoção de cidadania, de dar a conhecer a nossa Constituição, os direitos que ela encerra, aquilo que ela tem de impactante na vida de cada um de nós e que muitas vezes, e sobretudo para os mais jovens, pode passar, e passa mesmo, despercebido.

Quis ainda salientar outro aspeto que foi a aprovação, pela Câmara Municipal, do protocolo com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, que vai levar à construção do novo centro de saúde da Baixa da Banheira, que vai ser assinado na próxima sexta-feira dia três e que tem, efetivamente, um grande significado. Tem um grande significado para a população, fundamentalmente, porque corresponde a uma velha aspiração com cerca de trinta anos, porque é, efetivamente, uma vitória da luta das populações, da população da Baixa da Banheira, sempre apoiada pelas suas autarquias, mas uma luta daquela população que nunca perdeu o espírito de exigir os seus direitos, de exigir o seu direito à saúde, de exigir melhores condições para que esse direito se efetivasse, que nunca deixou de batalhar por este direito que é seu e que, depois de tantas novelas em torno deste acontecimento, tanta hipocrisia envolvida ao longo de anos, com declarações piedosas de ser uma grande prioridade mas que nunca correspondiam, efetivamente, às ações porque nunca se passou à prática, porque, aliás, obstaculizaram, várias vezes, em votações na Assembleia da República, que este investimento fosse colocado no PIDDAC, na altura anexo ao orçamento de Estado.

Finalmente, deu-se este passo e importa assinalar que este passo é também um passo muito relevante da Câmara, indo além daquilo que são as suas obrigações nesta matéria. Como todos sabem a delimitação de competências entre a administração central e a administração local faz parte também do estado de direito, que todos gostam, muitas vezes, de referir e incumbe ao Ministério da Saúde, e apenas ao Ministério da Saúde, a construção de equipamentos de saúde.

No entanto, a Câmara não só faz aquilo que tantas vezes é comum e que, enfim, tem alguma razoabilidade, ao ceder um terreno como, neste caso, vai mais longe porque entendem, efetivamente, a gravidade da situação atingida e porque é opção da Câmara retirar qualquer tipo de alibis para que este investimento não aconteça, o que os leva a ir mais longe.

Leva-os a participar a execução dos projetos de especialidades, leva-os a assumir integralmente a totalidade das infraestruturas envolventes, da ligação das infraestruturas e dos arranjos exteriores e leva-os ainda a serem os donos da obra, através de um contrato-programa que será celebrado dentro de algum tempo, assumindo o lançamento da empreitada e o acompanhamento da realização da obra, portanto, por parte da Câmara Municipal estão aqui a afirmar uma posição muito clara em defesa das nossas populações e em defesa do Serviço Nacional de Saúde.

Também sobre outro equipamento que muitas vezes é aqui falado disse que gostaria de dar um esclarecimento, sendo que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Moita ainda muito recentemente lhe perguntou que novidades havia sobre esta matéria, ao que lhe respondeu que hoje aqui as poderia dizer e vai fazê-lo, estando-se a referir-se ao futuro Quartel da GNR na Moita e da ligação que este assunto tem com o estado de degradação do antigo quartel de bombeiros que, como todos sabem, é propriedade do Ministério da Administração Interna.

Procedeu então à leitura do ofício da Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna, Isabel Oneto, que foi recebido neste município no dia nove de novembro passado, conforme transcrição infra:

«Exmo. Sr. Presidente

No seguimento do seu ofício de 6 de outubro último, em que solicita o esclarecimento no âmbito de notícias vindas a público a propósito do novo Posto da GNR da Moita, se informa que o Ministério da Administração Interna aguarda autorização da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças para proceder à permuta do

terreno denominado “Loteamento da Mãe D’ Água” com o antigo quartel da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Moita, como acordado na reunião que tivemos em 22 de abril de 2016.

A intervenção está prevista na proposta de lei da programação das infraestruturas e equipamentos das forças e serviços de segurança, prevendo-se que o procedimento concursal, após elaboração do projeto de execução, ocorra no decurso de 2017 e a conclusão da obra seja possível em 2018.

Mais se informa, que as informações vindas a público sobre esta matéria ocorreram no âmbito do lançamento do processo de construção de uma esquadra no Barreiro e que, tendo sido interpelada sobre o Quartel da Moita, tive oportunidade de esclarecer que o mesmo estava prevista na lei de programação, salientando que não dispunha, naquele momento, de mais dados sobre este processo.

Logo que obtenha a autorização necessária por parte da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças entrarei em contacto com o Sr Presidente.»

Entendem isto como uma boa notícia, vem ao encontro daquilo que tem vindo a ser conversado, mas a verdade é que passaram três meses e, pelos vistos, da parte do Ministério das Finanças não houve ainda a luz verde para que este processo avançasse, e isso não deixa de lhes causar alguma preocupação porque o estado do antigo quartel de bombeiros continua a ser aquele que se conhece, portanto, um estado de degradação, de utilizações impróprias que, apesar da GNR da Moita lhes assegurar que, frequentemente, faz fiscalizações e vai acompanhando, ainda assim não lhes dá tranquilidade porque a verdade é que continua a haver ali movimentações que não deviam lá existir.

Quis ainda dar duas últimas notas, uma para dizer que, em relação a uma das questões que foi colocada no período anterior à ordem do dia pela Srª Filomena Ventura, efetivamente, houve um erro da parte do seu gabinete que foi, simultaneamente, seu e da sua adjunta, porque ela preparou a resposta em tempo útil mas, entretanto, entrou em baixa médica por uma gravidez de risco, a criança nasceu, ainda está de licença e agora, falando com ela na sequência das notícias que saíram sobre esta matéria, ficaram a perceber que tinha pensado que ela tinha dado seguimento ao processo e tinha enviado a resposta e ela pensou, quando lhe apresentou a resposta que tinha preparado, e uma vez que entrou em baixa médica, que o próprio tinha incumbido outra pessoa de dar seguimento a esse processo.

A verdade é que isso não aconteceu, nem ela o fez porque não estava cá e não o podia fazer, nem o próprio o fez porque pensou que estivesse feito e, de facto, quatro meses é um prazo demasiado, em situações normais, para responder a um requerimento, pelo que pediu desculpa e informou que já hoje foi preparado, não chegou com certeza às mãos do Sr. Presidente da Assembleia mas, na próxima semana, chegará às mãos do Sr. Presidente da Assembleia a resposta ao requerimento.

A última matéria sobre a qual quis dar nota, que já foi aqui discutida e não irá, naturalmente, retomar a discussão, é daquilo que a Câmara fez em relação a esta matéria que tem a ver com o aeroporto, sendo que isso foi referido, logo no início, a propósito de uma ata, e porque pensa que essa nota é importante.

Assim, infirmou que logo que o Governo tomou posse a Associação de Municípios, em nome dos municípios da região de Setúbal, preparou um pequeno memorando com algumas das questões sobre o desenvolvimento regional que há muito preocupam, e que mais do que reivindicações são, sobretudo, propostas dos municípios da região para apresentar ao novo Governo.

Pediram uma audiência ao Sr. Primeiro-ministro e obtiveram uma resposta rápida dizendo que a natureza do assunto levava a delegar a realização dessa reunião no Sr. Ministro-adjunto Eduardo Cabrita, reunião essa que aconteceu, discutiram as questões que tinham colocado e, entre elas, a questão do aeroporto, e o Sr. Ministro-adjunto disse-lhes que sobre isso não havia decisão nenhuma, e foi isso que depois o Sr. Vice-Presidente teve ocasião de dizer aqui, que sobre isso não havia decisão, o Governo ia avaliar essa matéria, sabiam que era uma matéria que ia ter que ter decisões num curto prazo mas que não tinham decisão, estavam a avaliar.

Portanto, ficaram assim, pareceu-lhes, aliás, para um governo que estava em funções há dois meses, uma resposta absolutamente razoável porque é natural que não se chegue ali e se comecem a tomar decisões. Agora, o que deixou de ser razoável foi decorrer um ano e não ter havido mais nada, não houve mais contactos, não houve mais coisa nenhuma, o que houve foi, a partir de determinada altura, começarem a haver notícias, ou a saírem algumas informações para a comunicação social, e que culminaram, no passado dia quinze, com a assinatura de um memorando entre o Governo e a Vinci.

Isso levou a que os municípios da região de Setúbal e, naturalmente, o município da Moita também, tomassem uma posição conjunta, posição conjunta que teve a participação, na sua discussão e na sua preparação, do município do Montijo, que não acompanhou a posição dos outros municípios, e a posição do Montijo sobre esta matéria é conhecida, portanto não acompanhou a posição dos outros municípios, o

que não é drama nenhum, enfim, têm todos direito às suas divergências, mas a posição dos outros municípios é aquela que é conhecida e que não vai aqui repetir.

Importa referir que, sobre esta matéria, o município da Moita aprovou na passada quarta-feira uma moção na Câmara Municipal que reafirma o entendimento de que a solução do campo de Tiro é a solução que melhor serve o país e a região e aquela que está devidamente sustentada e fundamentada, e afirma, com muita clareza, as preocupações e aquilo que lhes parece inaceitável, relativamente à colocação de uma infraestrutura tão pesada, de tão fortes impactos no território, numa zona densamente povoada sem, aliás, ter sido precedida dos estudos devidos.

Têm inteira consciência de que um investimento como um aeroporto é um fator de crescimento económico, não só para o concelho onde ele se localiza, pode até nem ser sobretudo para o concelho onde ele se localiza, mas para a região há volta é seguramente, agora aquilo que têm também é a profunda convicção, face ao cenário que está traçado, que o crescimento e o emprego, tudo isso que se anuncia a propósito desta solução base aérea, é uma manobra de puro ilusionismo, estão a falar de ilusionismo.

Aquilo que está para ali apontado é um terminal *low cost*, não tem serviços envolventes, portanto, toda aquela complexidade de atividades económicas que existe em torno da Portela vai-se lá manter, naturalmente, porque o aeroporto não vai sair, não vai ser replicada aqui porque não faz sentido sê-lo.

Sobre este aeroporto já foram feitas afirmações que dizem que, para o rentabilizar, os aviões têm que ter tempos de paragem de cerca de trinta minutos, ou seja, é chegar aqui, reabastecer e ir embora, eles nem *catering* servem nas *low cost*, logo, nem empresas de *catering* se perspectiva que venham para aqui. Portanto, é puro ilusionismo dizer-se que isto vai ter um significativo impacto económico na região, vai, naturalmente, criar alguns postos de trabalho, pode também surgir algum hotel daqueles mais baratos ali em frente à porta, mas não se perspectiva mais do que isto.

O incremento do turismo, o incremento da região, passa por outras medidas, não é pelo facto de haver aqui um terminal desta natureza, aliás, se quiserem perceber qual é o impacto disto no turismo basta dizerem quem dos presentes é que já visitou Orli, ou quem já visitou Heathrow, ou outro qualquer, portanto, isto são manobras de ilusionismo.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocado o relatório à discussão intervieram os seguintes membros:

Sr. Carlos Albino do PS

Disse que iria começar por colocar um conjunto de questões, ou alertas, ou informações que considera úteis.

Na sua vivência diária no concelho da Moita teve oportunidade de passar na Rua dos Ferroviários, em Alhos Vedros, e verificou que, no número oito dessa mesma rua, uma das pedras de sustentação da varanda está partida, o que lhe suscita a necessidade de um olhar especializado por parte da autarquia, no sentido de verificar se estão reunidas as condições de segurança na via pública, até porque aquela é uma zona de alguma afluência porque se situa junto a uma das entradas da estação de Alhos Vedros.

Relativamente ao centro de saúde quis lembrar que está a ser cumprido aquilo que o Governo disse, vai ser construído, é de saudar essa mesma iniciativa dum Governo do Partido Socialista, sem esquecer o apoio das esquerdas, nomeadamente, o PC, Os Verdes e o Bloco, e quis colocar uma questão porque a Câmara diz que vai ajudar, e bem, a exemplo de muitas autarquias do nosso país que assim o têm feito, pelo que queria, quando se fala em projetos de especialidades, saber quem é irão ser os responsáveis pela sua execução, se será com os meios próprios da autarquia, com os seus técnicos especializados, ou se irá contratar esses serviços.

Sobre a rotunda no topo das Fontainhas, que divide o concelho da Moita do concelho do Barreiro, nomeadamente, a freguesia da Baixa da Banheira, Vale da Amoreira e Lavradio, disse que gostava de saber quem é que é o responsável por essa intervenção. Tentou verificar na documentação existente disponível quem seria o responsável mas não conseguiu, pelo que gostaria de saber se era uma responsabilidade do município da Moita, do município do Barreiro ou se era uma responsabilidade partilhada entre ambos.

Por último, informou que já teve oportunidade de fazer chegar à Mesa um requerimento e que, se o Sr. Presidente lhe desse autorização, passaria a ler, o que sucedeu e cuja transcrição segue infra:

“Gestão dos cemitérios da responsabilidade da Câmara Municipal da Moita

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

A comunicação social destes dias tem trazido a público notícias deveras preocupantes com o que se está a passar na gestão dos Ossários do Cemitério do Pinhal do Forno na Moita e há relatos de outras situações graves em outros dos nossos Cemitérios.

Acumulam-se as ocorrências de que algo de muito errado está a acontecer na gestão dos ossários daquele Cemitério. Familiares e zeladores constataam o esvaziamento de alguns dos compartimentos destinados a urnas com os restos mortais dos seus familiares.

Indagando do sucedido, um zelador recebeu com estupefação, a informação de que os mesmos foram retirados por lapso e tinham acabado por serem sepultados sem identificação, sendo por isso mesmo irrecuperáveis. A mesma informação acabou por ser dada a familiares de outros defuntos, cujas ossadas igualmente desapareceram dos gavetões que para o efeito haviam alugado, sendo que os compromissos pecuniários para com a Câmara Municipal se encontravam devidamente regularizados.

Pelo que se percebe são várias as situações, sem que, para o efeito, os familiares e zeladores tivessem sido informados, à priori ou à posteriori, de tal decisão.

Já em 2008 ocorreram situações com alguma similitude conforme notícia do Jornal de Notícias de 25 de junho de 2008, admitindo o vereador de então, responsável pela gestão dos cemitérios do concelho, erros que justificou com a ausência de tratamento informático do cadastro em causa.

Recentemente, foram ainda encontrados armazenados contentores de óleos alimentares usados num dos cemitérios do concelho.

A delicadeza do assunto não pode impedir, antes pelo contrário, que o Partido Socialista enquanto oposição e através dos seus eleitos nos órgãos Municipais, exerça a sua função fiscalizadora e que acompanhe com atenção a forma como a Câmara Municipal está a tratar o assunto, ao mesmo tempo que se solidariza com as famílias lesadas.

Se por um lado a memória dos nossos defuntos impõe que os seus restos mortais sejam tratados com maior dignidade, por outro, a relação do Município com os familiares que colocam à sua guarda, em local sagrado, os despojos mortais dos seus ente-queridos, exige maior urbanidade e respeito.

Face ao exposto e ao abrigo das disposições constitucionais, legais e regimentais vêm os signatários, através de V.Exa., perguntar ao Senhor Presidente da Câmara:

- 1) Há Normas Procedimentais escritas para a Gestão e Operacionalização dos Ossários nos Cemitérios da responsabilidade da Câmara Municipal da Moita, para além do regulado no respetivo Regulamento Municipal?
- 2) Toda a cadeia funcional tem conhecimento das mesmas Normas e há registos escritos dessa tomada de conhecimento?
- 3) O Cadastro dos Gavetões está tratado informaticamente?
- 4) A haver, está articulado com um Sistema Integrado de Gestão dos Cemitérios da responsabilidade da CMM?
- 5) Como são determinados os Gavetões a desocupar por falta de pagamento das taxas por parte dos zeladores e familiares?
- 6) Quando tal ocorre, ou em outra circunstância, com que prazo e de que forma são as famílias e os zeladores informados que a desocupação do gavetão irá acontecer?
- 7) Qual é o prazo concedido para a regularização de dívidas antes da retirada das ossadas?
- 8) As ossadas retiradas dos gavetões e posteriormente enterradas são identificadas em etiquetas de material não perecível e há registo escrito do local onde as mesmas foram depositadas?
- 9) O Encarregado do Cemitério e quem opera, assina algum registo após a ação anteriormente referida?
- 10) Como se processa e documenta na cadeia funcional a instrução para a retirada de Ossadas de um gavetão?

Quanto ao problema agora em apreço:

- 11) Foi instaurado algum inquérito para determinar as causas que levaram à ocorrência desta situação? Se sim, quais os resultados?

- 12) A autarquia já contactou todos os zeladores e familiares lesados?
- 13) O executivo camarário tem alguma estratégia definida para solucionar o problema?
- 14) Existe estimativa dos valores que a autarquia irá gastar para solucionar este problema?"

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Informou que a Mesa irá reencaminhar o requerimento supra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, solicitando a resposta ao mesmo.

Deu então a palavra ao Sr. Staline Rodrigues.

Sr. Staline Rodrigues do PS

Em primeiro lugar quis manifestar que recebeu três atas de sessões anteriores e que lhe agradou a forma como elas estão elaboradas. Não sabe se, porventura, a responsável pela feitura das atas está aqui ou não mas quis referir que, no seu entendimento, as atas estão muito bem elaboradas.

Reportando-se à sessão do dia vinte e seis de fevereiro do passado ano, recordou que perguntou ao Sr. Presidente da Câmara qual o número de núcleos de génese ilegal existentes, que é uma matéria que passou por si, de uma forma bastante efetiva e preocupante. Todavia, não era esta a pergunta que devia fazer neste momento, dado que a condição do concelho já não nos transmite qualquer preocupação relativamente ao tema, porque o que temos hoje é um concelho que está a perder população, comparativamente àquele tempo que foi referido nom pós 25 de Abril.

O que queria perguntar ao Sr. Presidente, e vai fazê-lo hoje, é quantos núcleos de barracas existem no concelho. Com certeza que o Sr. Presidente não lhe vai dar a resposta agora mas gostaria de saber, porque olha em redor do concelho e verifica que, de facto, os núcleos de barracas estão em acentuado crescimento, pelo que quis referir que, após poucos anos do 25 de Abril, o governo de então elaborou uma lei para a erradicação das barracas e é curioso que a Câmara da Moita, em conformidade com esta lei, tenha elaborado um edital transmitindo aos barraqueiros que a posição da Câmara era a de demolir todas as barracas, e isto há possivelmente trinta ou trinta e cinco anos.

Hoje, passados esses trinta ou trinta e cinco anos, olha com algum cuidado, para não dizer apreensão, como munícipe, por verificar que os núcleos de barracas no concelho se vão ampliando, e daí deixar esta pergunta ao Sr. Presidente e que na próxima sessão espera, naturalmente, obter essa resposta.

Sr. Luis Morgado do BE

Começou por dizer que não usa muito este ponto da ordem de trabalhos para apresentar situações, problemas, porque prefere, às vezes, dirigir-se ao vereador, ou ao funcionário da Câmara, se houver um buraco na estrada, ou um cano rebentado, ou a calçada estragada, como ainda há dias conversou com o Presidente da Junta mas, por vezes, há casos que surgem e que o obrigam a fazer intervenções aqui neste ponto.

Exatamente, e infelizmente, é também relacionado com os cemitérios, mas não tem nada a ver com o ossário, porque uma amiga que o conhece e que sabe que é membro da Assembleia Municipal, por via destas notícias todas, colocou-lhe o seguinte problema. Ora, a senhora é proprietária de uma cova no cemitério de São Sebastião, e tem consigo o número do registo de compra, onde estavam lá três corpos de familiares, a campa desapareceu e isto já foi no dia vinte e quatro de fevereiro de 2015. Depois de muitas tentativas de resolução do problema, de conversar com alguém responsável e de tentar perceber como é que aquilo se deu, às tantas, pensa que se dirigiu ao DIAP e supõe, pela conversa da senhora, que há um processo que decorre.

Gostava de ser esclarecido por isso porque se há algum processo ele devia ter aparecido no folheto que recebem de todos os processos em que a Câmara está envolvida, qual o estado e a situação, porque percorreu alguns, e pode ser falha sua, mas não encontrou nenhuma referência a esse processo.

Está a informar, e com certeza não sabe como é que a Câmara pode resolver este problema, mas a questão que se põe é que há mais três pessoas, também por estas alturas, mas essas preferiram que não as referisse porque, pelo que lhe parece, já não querem mexer no problema, mas ficaram muito incomodadas.

Isto são situações que a Câmara tem de acompanhar, e acompanhar bem, a si custa-lhe mexer nestes assuntos porque, ai de si, fazer bandeira disto, só que são questões que tocam os munícipes e, tendo em conta as convicções, por vezes muito fortes e até religiosas, de algumas das pessoas, isto é mesmo um

“trinta e um” difícil de resolver e que, se forem necessários mais dados, está em condições de os fornecer, mas pensa que a Câmara tem toda a informação relativamente a isto, só que já lá vão dois anos, uma vez que já estão em 2017, sobre este processo, sé é que existe mesmo, e significa exatamente dois anos porque foi, salvo erro, em vinte e quatro fevereiro de 2015 que a pessoa se dirigiu ao DIAP.

Este foi o assunto que hoje, tristemente, colocou e, exatamente, ele foi levantado porque lhe parece que vão aparecer outra vez nos jornais pelas piores razões, porque pela descrição da pessoa, e a ser verdade o que ela lhe disse, isto vai aparecer em jornais e não no Diário da Região mas em jornais de âmbito nacional, porventura, o Correio da Manhã, o Público ou outra coisa assim.

Ora, é bom que estejam atentos a todos estes aspetos porque, às tantas, não sendo este um caso idêntico aos outros, há mais casos equiparados a este e as pessoas não tiveram empenho, conversaram, mas parece-lhe que não têm empenho em mexer mais no assunto, talvez por outra ordem de convicções e pela memória dos seus antepassados, interpretem de outra maneira.

Terminou dizendo que, de uma forma desajeitada, era o que lhe é dado a dizer porque não se sente nada bem a mexer nestas coisas.

Sr^a Filomena Ventura do PS

Em primeiro lugar começou por dizer que foi abordada por alguns encarregados de educação das escolas do pré-escolar e do 1º ciclo, relativamente às empresas que fornecem as refeições, e que queria alertar a Câmara para o facto de que tem estado, por parte destas, a ser continuamente adiado, senão mesmo com alguns lapsos de memória, o passar os recibos aos encarregados de educação que usufruem das refeições e que as pagam. Era este o alerta porque foi abordada por alguns encarregados de educação e assumiu o compromisso de trazer aqui a questão.

Pôde explicar, e parece-lhe que não falhou, que estas empresas foram escolhidas no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa, por alguns, senão mesmo todos, os municípios mas parece-lhe, e certamente concordarão consigo, que estes lapsos de memória não são úteis para a empresa, nem para os encarregados de educação, que precisam do comprovativo das despesas que, efetivamente, fizeram com os seus educandos, e porque obviamente havia ali, e nem sempre as pessoas estão informadas, alguma confusão, pelo que foi necessário contar a história a estes encarregados de educação e explicar que as empresas não dependiam da Câmara Municipal, mas gostaria que tivessem, por favor, alguma abordagem na empresa porque há municípios que, no âmbito do seu IRS, estão com a situação complicada.

Em segundo lugar disse que, ao ler o Relatório da Atividade Municipal, verificou que existiram dez acidentes de trabalho e, com alguma curiosidade e um interesse não académico mas pessoal, por outras coisas que fez no âmbito da higiene e segurança no trabalho, perguntou se estes dez acidentes de trabalho tiveram alguma gravidade e como é que estão os trabalhadores que os sofreram.

Sr. Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Quis fazer uma saudação especial aos vereadores que estão aqui presentes e registar que acha que deve ser motivo de preocupação de todos os eleitos aqui presentes que, nos últimos tempos, haja sempre faltas de um vereador e não querem perder vereadores, ou que se lembrem que falta para aqui alguma coisa, e porque também acha que devia ser dada alguma justificação à Assembleia da razão de o Sr. Vereador Raminhos, ou alguém que o substitua, não vir, uma vez que lhe parece que é um desperdício de um cargo e parece-lhe que a população deixa de ser defendida não estando presente, e não está, e daí querer dar os parabéns aos outros que vêm às reuniões e cumprem com o seu papel de eleitos.

Sobre os Atos da Câmara também quis fazer uma crítica à Câmara Municipal da Moita, não sendo hábito também as faz, e uma crítica porque ficou um bocado aborrecido com a explicação do Sr. Presidente da Câmara porque considera que a Câmara esteve envolvida num processo como deve de ser e que o devia apresentar como deve de ser, até a título de exemplo para outras câmaras e outras entidades.

Há cerca de um ano, a junta de freguesia fez uma série de atendimentos com a população de um bairro, que é um dos mais antigos da vila da Baixa da Banheira, solicitaram uma reunião conjunta com os moradores e com a Câmara Municipal, que esteve presente, fizeram duas visitas e, juntamente com a população, determinaram um conjunto de pequenas obras para melhorar a vida daquelas pessoas.

Elas estão feitas, acha que é um modelo de trabalho como deve de ser e que é a tal democracia participada que dizem que fazem, e o Sr. Presidente da Câmara desvalorizou isto e ficou chateado com ele, pelo que

Ihe pediu que, para a próxima que tenha boas atitudes, que acha que são corretas e um modelo democrático normal, partilhe aqui com todos uma coisa ou outra.

Todavia, queria dar os parabéns à Câmara porque foi um trabalho bem feito e, ainda que aquilo mereça mais, está a ser cumprido e, mais uma vez, a palavra dada e os compromissos com a população, são cumpridos, o que muito o satisfaz e só indica que são todos de confiança, bem como saudar o esforço da Comissão de Utentes da Saúde da Vila da Baixa da Banheira e da população da Baixa da Banheira que tem lutado pelo centro de saúde, saudar a postura da ARS e até do próprio Governo, que tem sido sensível aos apelos, mas tem que repudiar aqui as declarações do Sr. Carlos Albino e apelar à memória porque, numa sessão no Beira Mar Gaiense, o Sr. Carlos Albino que diz que “o Governo está a cumprir ao contrário e não sei quê”, lá disse que não tinham motivos nenhuns para desconfiar do Governo e que até era muito mau duvidar que a obra iniciava no final do ano de 2016, e se estiver a mentir ele que o chama de mentiroso, como não está chama-o a ele, só para ficar claro.

Não é verdade o que ele diz, o Governo faltou à palavra, está a cumprir agora com aquilo que querem mas já vai fora de prazo, já vão com muitos anos de atraso, são trinta anos de atraso, dezoito votações contra pelo Partido Socialista e muita coisa por explicar, e agora não estão a fazer mais do que a sua obrigação. É testemunha, porque inclusive se lembra de pedir reuniões à ARS e nem sequer lhe responderem e, neste momento, vai lá muitas vezes porque querem ouvir o que o Presidente da Junta tem a dizer, vai a acompanhar a Comissão de Utentes, ouvem-nos, tratam-nos bem, dão-lhes uma série de argumentos que consideram que são verdadeiros e que são úteis para que a população e as autarquias saibam, portanto, considera que o processo é de confiança e que realmente a ARS e o Governo estão de boa-fé no processo, mas precipitaram-se, disseram coisas que não são verdade e não têm que estar sempre a bater palmas.

Uma última nota antes de terminar, e há bocado dizia que se o Partido Socialista da Moita e os seus eleitos fossem tão exigentes com o Governo como são com a Câmara Municipal da Moita, tinham montes de problemas resolvidos, porque ouviu aqui uma série de perguntas, e acha bem que as façam e estão no seu direito, mas lamenta porque, por exemplo, o Sr. Carlos Albino estava preocupado em saber quem eram os responsáveis pelos projetos das especialidades mas não quer saber que o novo aeroporto, lá onde eles o querem meter, não tenha estudos, e a população que ele diz defender é aqui atacada e gostava que ele tivesse o mesmo comportamento, já o próprio, porque gosta de criticar, tem o comportamento da mesma forma.

Portanto, não percebe estas coisinhas de querer escrutinar uns ao máximo e depois achar que é normal não escrutinar os outros, e lamenta porque quem perde é o concelho, porque ouviram aqui “os responsáveis” mas quer lá saber quem são os responsáveis pelos projetos das especialidades, aliás, qualquer pessoa que acompanha o processo, e lamenta que o Sr. Carlos Albino não saiba, sabe que o protocolo de cedência do terreno vai ser assinado, portanto, a Câmara, obviamente, não tem ninguém para dar porque nem sequer tem projeto ainda e só se fazem os projetos das especialidades quando o de arquitetura está feito. E não quer entrar por campos técnicos porque não é engenheiro, o senhor é, mas não se fazem os projetos das especialidades sem ter o projeto de arquitetura, deixem o trabalho técnico lá para fora para os técnicos e aqui falem de política, porque o que lhe interessa a si é que as coisas sejam bem-feitas, o resto são politiquices que não interessam a ninguém.

Para terminar quis dar os parabéns à Câmara Municipal da Moita e louvar, e quer que fique em ata, a postura que a ARS tem tido, e que o próprio Governo tem tido com este problema, porque sabem criticar mas, apesar de não terem cumprido, estão interessados e não tem dúvidas que estão com vontade de querer resolver, e isto também tem que ser louvado.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Informou que tinha um pedido de intervenção do Sr. Luis Chula e que durante essa intervenção quem mais pretendesse intervir assinalasse essa intenção.

Sr. Luis Chula do PS

Começou por recordar o Sr. Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira que a reunião da Assembleia Municipal realizada no Gaió foi sem setembro de 2016.

Em seguida quis saudar a iniciativa da Câmara Municipal pelo facto de ter ido promover e esclarecer as turmas das escolas sobre a Constituição. Contudo, sendo a Constituição “o fiel da balança”, e não lhe ocorreu dizer o outro nome, razão pela qual pediu desculpa mas não estava muito bem, a lei suprema da democracia, não entende porque é que a Câmara não se fez representar no seu todo, com toda a sua

pluralidade democrática e partidária, para falar de uma temática que, ao fim ao cabo, é aquela que define e que esclarece a razão de ser de haver partidos, a razão de ser de haver uma democracia, sendo esta a única questão que tinha para colocar acerca deste assunto das visitas às escolas.

Entretanto tem outro assunto que o município o fez sentir e que tem a ver com o facto de, sobretudo a partir da altura em que começou a fazer uns dias de sol, e aos fins de semana sobretudo, que é quando há mais população a utilizar a praia do Rosário, as casas de banho estarem fechadas, o que obriga as pessoas a terem de se deslocar aos estabelecimento para fazerem as suas necessidades, sendo que os estabelecimentos não facilitam a sua utilização, pelo que julga que era uma medida que devia ser articulada, naturalmente, com a junta de freguesia porque está no local para, pelo menos durante os sábados à tarde ou aos domingos à tarde, altura em que está lá mais gente, as casas de banho funcionarem.

Sr. João Faim da CDU

Pedi que lhe permitissem registar e assinalar toda a informação que é apresentada no Relatório da Atividade Municipal que foi distribuído, porque não é demais sublinhar que, e mais uma vez aqui o faz, e não apenas no cumprimento legal do direito e estatuto da oposição mas também na informação detalhada e rigorosa que é prestada, que é um contributo riquíssimo para quem acompanha e quem quer acompanhar toda a atividade do município nas suas diversas vertentes. Portanto, quis deixar o seu bem-haja e assinalar que este documento tem vindo a ser melhorado e deve ter a devida continuidade.

Quis também saudar o município relativamente à rede de Balcões do Município que, com as novas funcionalidades e acessibilidades, e tal como é referido no próprio Boletim Municipal, facilita a vida aos municípios, porque acha que o município está de parabéns e que, de facto, é uma aposta ganha.

Também quis colocar uma questão, que já aqui foi falada numa anterior assembleia municipal, ainda que não saiba precisar a data, relativa à CPCJ, nomeadamente, como é que está em termos de funcionamento, se foi recuperada a quantidade de processos que estavam pendentes e qual o ponto de situação.

Por último, quis referir-se à situação preocupante, e discorda, em parte, do Sr. Presidente da Câmara, nomeadamente na “boa notícia” porque, para si, não é “boa notícia”, mas subscreve, de facto, as suas preocupações, relativamente ao antigo quartel dos Bombeiros Voluntários da Moita.

Não é uma “boa notícia” quando estão há dois anos à espera de uma resposta de uma Secretária de Estado que, ainda por cima, não sabe e que está à espera de uma resposta de outro Secretário de Estado, não pode ser uma “boa notícia”.

Não é uma “boa notícia” quando o Partido Socialista, em 2009, criou esta situação com promessas que sabem que são promessas eleitoristas, um governo do PS que já esteve no governo, voltou a estar, voltou a sair, está lá outra vez e não há meio de resolver a situação, é uma vergonha, isto nunca pode ser uma “boa notícia”, é sempre motivo de preocupação.

Não é uma “boa notícia” quando o quartel dos bombeiros está naquela situação, com aquele estado degradado, e pediu que o perdoassem mas não tem dúvidas e não acredita na informação da vigilância que a GNR presta, porque basta olhar para o estado do edifício e olhar, por exemplo, para o facto de os alumínio terem sido todos roubados, por isso não lhe parece que as condições de vigilância e segurança assídua sejam asseguradas.

De facto, aquele é um edifício que provoca perigosidade e instabilidade na população, é preciso ter em atenção que se encontra junto a um parque municipal, junto a um pavilhão desportivo, junto a uma coletividade que é frequentada por centenas de crianças com atividades que decorrem a partir das cinco da tarde às oito, nove da noite e que, de inverno, é noite fechada, e cujo estacionamento se prolonga até à porta daquele edifício.

Não consegue perceber porque é que o Ministério da Administração Interna, e aqui também convidou os eleitos do Partido Socialista a juntarem-se a este protesto, não toma medidas para criar melhores condições de segurança num edifício que é sua propriedade porque, independentemente do protocolo que venha a ser celebrado com o município, de cedência, ou não, de terrenos, é da lei que aquele edifício devia estar devidamente emparedado, devia estar fechado.

Aquele edifício é um foco de instabilidade, de marginalidade, de perigosidade e, de facto, requer que haja medidas enérgicas de atuação relativamente à inércia do Ministério da Administração Interna, que tem a obrigação de zelar pela nossa segurança e que, neste sentido, está a provocar, está a potenciar, exatamente, uma situação de insegurança na vila da Moita, no coração da vila da Moita.

Para concluir, e também aqui quis dar a sua opinião, congratulou-se com o protocolo celebrado entre a Câmara Municipal e a ARS para a construção do novo centro de saúde da Baixa da Banheira e recordou que, naturalmente, e isto já aqui foi referido, a construção de novas instalações é muito importante mas os meios humanos, os técnicos, os médicos, os enfermeiros, o pessoal auxiliar, são muito importantes para que o centro funcione.

Aqui quis também assinalar que esta luta tem sido, obviamente, uma luta grande das autarquias, da Comissão de Utentes e da população, mas outros centros de saúde do concelho também sofrem de grandes problemas, nomeadamente, o centro de saúde da Moita onde é cada vez mais preocupante a quantidade de pessoas sem médico de família, é preocupante os atendimentos e as filas de espera que se verificam à porta do centro de saúde, e até tem um edifício relativamente recente.

Portanto, é importante a obra mas também é importante que a tutela, neste caso, a própria ARS que subscreveu, e bem, este protocolo, consiga dotar todos os centros de saúde do concelho com o pessoal necessário para que não haja, neste concelho, nenhum cidadão, nenhuma criança, nenhum idoso sem médico de família porque, uma vez que todos defendem melhores condições sociais, e não há ninguém nesta casa que seja capaz de dizer o contrário, nenhum membro desta Assembleia é capaz de dizer o contrário, todos em todos os fóruns defendem a saúde, defendem melhores condições sociais e melhor qualidade de vida no nosso concelho, é inadmissível que haja milhares e milhares de cidadãos neste concelho sem médico de família.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Deu a palavra ao Presidente da Câmara para poder dar resposta às questões colocadas.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Começou por dizer que iria tentar ser mais breve do que foi há bocado e que quem vai fazer as especialidades não serão, em princípio, técnicos da Câmara uma vez que não têm especialistas e os que têm não têm disponibilidade face aos trabalhos e às tarefas que têm no dia-a-dia para fazer os projetos de especialidades, mas também subscreve aqui as considerações do Sr. Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira sobre esta matéria.

Sobre a rotunda das Fontainhas disse que quem é responsável é a Câmara Municipal do Barreiro porque ainda é território do Barreiro.

Quanto às questões levantadas no requerimento em relação ao cemitério disse que já respondeu a boa parte delas aqui hoje mas que será, com certeza, formalmente respondido. Todavia, quis deixar aqui bem afirmado que na situação de 2008 não houve nenhum erro, pelo contrário, o comportamento da Câmara foi perfeito naquelas circunstâncias, o que aconteceu é que a Câmara Municipal, mais uma vez, estava a fazer um investimento muito significativo na melhoria das condições do cemitério da Moita, designadamente, dos seus ossários, e antes de iniciar as obras procurou e fez notificações a todos os proprietários, portanto, arrendatários registados dos ossários, naturalmente com registos antigos que não estavam, na altura, informatizados e, uma vez que as pessoas, muitas vezes, ou porque deixam de pagar ou porque não atualizam os seus contactos, houve um número de pessoas que não se conseguiu contactar.

No entanto, a Câmara Municipal, antecipando que algumas dessas pessoas, quando se iniciassem os trabalhos, pudessem ter conhecimento e aparecer, não retirou nenhum ossário para a vala comum enquanto as obras decorreram e colocou todas as urnas devidamente identificadas num armazém, o que veio a ocorrer. E, quando apareceram algumas pessoas a perguntar “então mas como é que é eu não fui avisado” foi-lhes dito que tinham sido avisados e que as suas moradas ou os seus contactos é que já não estavam atualizados porque não atualizaram quando os alteraram, e era bom que o tivessem feito, mas as suas urnas estavam guardadas e iriam ser lá recolocadas, pelo que o comportamento da Câmara foi exemplar nesta matéria.

Disse ainda que nos cemitérios ocorrem, de vez em quando, porque as pessoas estão sempre numa situação fragilizada de dor, emocionalmente afetadas, desentendimentos mas não têm passado disso. Neste caso que aqui foi trazido, a senhora teve a suspeita, ou afirmou que suspeitava que o seu coval tinha sido mexido, tinha sido alterado, e fez uma queixa ao Ministério Público que foi arquivada, portanto, a senhora não demonstrou nada e a Câmara, pelo contrário, foi ouvida e demonstrou que não tinha havido nada de anormal e a queixa foi, pura e simplesmente, arquivada, e não existe, neste momento, nos serviços municipais registos de nenhuma outra situação.

Quanto à pergunta colocada pelo Sr. Staline disse que era não precisa responder-lhe na próxima sessão porque não existem núcleos de barracas, não, não existem, no concelho não existem núcleos de barracas. Os anos vão passando, já passaram muitos, já houve muitos programas, já houve muito investimento em habitação social no nosso concelho, houve o recurso ao Plano Especial de Realojamento lançado ainda pelo ministro Ferreira do Amaral, no tempo do governo de Cavaco Silva, que depois foi levado, efetivamente, à prática já durante os governos do engenheiro Guterres, a que a Câmara Municipal recorreu, construiu umas largas dezenas de fogos, realojou e eliminou, na altura, todas as concentrações de barracas que existiam.

O que ocorre hoje, com uma dimensão felizmente não muito elevada que se vai controlando, embora por vezes ocorram, mesmo assim, situações de controlo difícil, são casos isolados como, por exemplo, um caso aqui na Moita que conseguiram eliminar há pouco tempo e, neste momento, não existe ali nenhuma barraca, e têm situações de algumas barracas, ou de alguns alojamentos, muito precários que se vão mantendo porque, embora vão atuando e retirando, depois eles voltam e andam neste jogo do gato e do rato, junto à escola EB2/3 no Vale da Amoreira.

Depois as situações que têm com alguma frequência e de controlo bastante complicado, quer da Câmara Municipal quer, sobretudo, das autoridades, porque são elas que intervêm logo imediatamente, são os acampamentos temporários. Têm, com frequência, famílias, grupos, às vezes numerosos, a instalarem-se em acampamentos temporários, as autoridades intervêm e eles acabam por sair, mas estas coisas levam o seu tempo até que saiam e depois saem de um lado e vão-se instalar noutra e há este problema, que não é só nosso, é de toda a região, sobretudo, da região sul, e não só dos municípios da Península de Setúbal como do próprio Alentejo, com as populações nómadas que ainda aqui existem em número significativo.

No que concerne aos acidentes de trabalho disse que, neste período que estão a falar, foram acidentes ligeiros, pequenos entorses, pequenas "mossas", passe, naturalmente, a expressão mas, felizmente, não ocorreu neste período nenhum acidente grave. Não têm, nos últimos anos, nenhum acidente grave, que se chame, naturalmente, fatal, nem em muitos anos, e acidentes mais graves, dos quais resulte uma incapacidade total de qualquer um dos nossos trabalhadores, também em muitos anos não aconteceram. Têm tido alguns acidentes com maior gravidade que impliquem, por exemplo, internamento hospitalar, como aconteceu com a queda de duas jardineiras há cerca de dois anos e que deixou uma situação de saúde que ainda não está completamente ultrapassada, está ainda a ser recuperada.

Portanto, esse tipo de acidentes que tem acontecido, felizmente, não é desta gravidade, que é rara, agora são considerados acidentes de trabalho, por exemplo, uma martelada num dedo, uma limalha que se aloja num olho, e tudo isso é corrente porque, ainda que os trabalhadores tenham equipamento de proteção individual, estas coisas acontecem.

Sobre as casas de banho disse que a gestão da praia está descentralizada para a junta de freguesia, no âmbito do protocolo existente mas que, com certeza, uma vez que o Sr. Presidente da Junta está aqui a ouvir, irá refletir sobre o assunto e a Câmara Municipal também estará disponível para participar nessa reflexão.

Quanto à CPCJ disse que, efetivamente, foi reposta aquela situação mais grave que estava a acontecer, de ausência de representantes da Segurança Social e da Educação, que está a funcionar com todas as pessoas que é suposto funcionar e que o volume de trabalho continua a ser grande mas aqueles problemas mais graves estão, neste momento, ultrapassados.

Relativamente à questão da saúde disse que, naturalmente, subscreve inteiramente aquilo que o João Faim colocou e que as instalações até podiam ser palácios que se não estiverem os profissionais lá dentro não servem para nada, essa é a questão fundamental. O centro de saúde da Baixa da Banheira, por razões diversas, não só das instalações, é de facto a situação pior no número de pessoas sem médico de família, na falta de profissionais, designadamente, de médicos, é ainda pior do que as outras apesar das outras não serem boas, porque em todos os centros de saúde existem falta de médicos, existem números elevados de utentes sem médico de família e, às vezes, em torno disto, há situações que os preocupam.

O Governo tem anunciado um esforço para resolver, para contratar médicos, mas a verdade é que isso não tem acontecido, a situação mantém-se e o que é preocupante é depois ouvir, como ainda há poucas semanas se ouviu, o Presidente da Ordem dos Médicos a dizer que entendiam que deviam ser reduzidos os *numerus clausus* de acesso às faculdades de medicina.

É andarem em circuitos que não se compreendem porque não é aceitável que num país que tem a falta de médicos como o nosso tem venha alguém dizer que temos médicos a mais, não é aceitável do ponto de vista da população, ainda que, do ponto de vista do negócio médico se perceba, portanto, do ponto de

vista do negócio médico percebe-se e o problema é que a saúde, no nosso país, foi progressivamente transformada num negócio, e isso não aconteceu por acaso, aconteceu por opção política de muitos governos ao longo de muitos anos.

Para concluir, em relação a esta questão da saúde, porque o problema dos centros de saúde não é, infelizmente, todo o problema, uma vez que o problema da degradação do Centro Hospitalar Barreiro-Montijo é também um problema grave, informou que existe uma nova administração que já se apresentou, tiveram uma reunião, manifestaram vontade de ultrapassar situações mas a verdade é que, por muito boa vontade que tenham, e não pode, ainda, pôr isso em causa porque estão há pouco tempo em funções, a verdade é que ainda não se verificam melhorias.

Naturalmente, há motivos para preocupação e esses motivos levam a que esteja anunciada e convocada, numa organização conjunta das comissões de utentes e das autarquias, portanto, câmaras municipais e juntas de freguesia dos quatro concelhos do arco ribeirinho, uma marcha com partida da zona junto ao centro de saúde da Baixa da Banheira até ao Hospital do Barreiro, na manhã do próximo dia quatro de março, para manifestar a preocupação da população destes quatro concelhos face à situação dos serviços do hospital.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Informou que iria fazer uma última ronda para a qual já tinha uma inscrição, questionou se mais alguém se queria inscrever, tendo-se inscrito o Sr. Luis Chula, e que quem mais pretendesse intervir assinalasse a sua intenção durante a intervenção da Sr^a Filomena Ventura.

Sr^a Filomena Ventura do PS

Disse que ouviu com atenção a resposta do Sr. Presidente, certamente que registou também alguma sensibilização junto da empresa que fornece as refeições, e tem a certeza disso, no entanto, vai quase que fechar o círculo desta reunião.

Iniciaram, no segundo ou terceiro ponto, por aprovar as atas e o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia disse que tinham estado aqui a ouvir as gravações dos cd's e que, como é do conhecimento de todos, se calhar melhor até do que o seu conhecimento, a visão que se tem do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais é uma visão do nosso concelho e considera que uma das vistas mais bonitas sobre Lisboa.

Quis registar que foi muito bem recebida, como é hábito, pelas funcionárias do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, mas também quis informar o Sr. Presidente que olhou em frente para o outro lado da Fonte da Prata e da zona ribeirinha e reparou, permita-lhe isto, e certamente que vai averiguar, que mais ou menos, embora seja disléxica, na direção da Cercimb – polo profissional estavam ali dois ou três barracões que considerou demasiado grandes para serem, ou para terem ferramentas que possam servir essas hortas que surgem, embora também já aqui tenham votado a regulamentação das hortas municipais, mas sabem que as pessoas tentam, e muito bem, alimentar-se.

Portanto, fica a informação, certamente que o Sr. Presidente, que hoje acompanhou os desfiles do 1º ciclo, não terá reparado mas sabe que, com certeza, vai averiguar porque é, efetivamente, uma barraca muito grande para ser um barracão de ferramentas.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Informou que terminaram as inscrições e que tem mais uma inscrição a seguir ao Sr. Luis Chula que será a última.

Sr. Luis Chula do PS

Quis registar que, certamente por lapso, o Sr. Presidente não fez qualquer comentário, nem resposta, à questão que tinha colocado sobre quem, por parte da Câmara Municipal, foi fazer a devida divulgação sobre a Constituição às escolas.

Por outro lado, porque não reteve com clareza a explicação do Sr. Presidente acerca dos esforços do Governo, no sentido de dotar os centros de saúde da Moita e da Baixa da Banheira com mais médicos, porque foram, efetivamente, abertos concursos mas não houve ninguém que se quisesse inscrever, e porque não apanhou que tivesse suficientemente claro nessa explicação, entendeu que o devia fazer agora.

Sr. Carlos Albino do PS

Disse que tinha apenas uma nota breve, muito, muito breve porque queria lembrar a todos a devida separação de poderes.

Cabe a este órgão fiscalizar a autarquia, fazer propostas, neste caso, fazer recomendações, moções, tomadas de posição, declarações políticas, entre outros, não cabe a este órgão fazer ação de fiscalização da ação governativa, neste caso, do Governo, porque para isso existe a Assembleia da República.

Acha que todos têm conhecimento disto, não vão confundir aqui os papéis, pese embora todos possam ter opinião sobre a matéria.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Antes de dar a palavra ao Presidente da Câmara para complementar alguma resposta às questões colocadas, quis lembrar aqui que, em função desta última intervenção do Sr. Carlos Albino, é dever de qualquer cidadão deste país fiscalizar seja o que for e não prescinde, enquanto membro desta Assembleia, de exercer aqui a sua função ainda que, por sistema, se mantenha calado, porque acha que a sua função é mais gerir a conversa dos outros, mas não prescinde do seu direito de se manifestar sobre, por exemplo, o que acontece no seu país e dar a sua opinião.

Deu então a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Disse que iria dar duas notas breves e que, de facto existem, outras situações relacionadas com hortas, embora seja legítima a dúvida de até que ponto é que aquilo são só hortas ou se são mais do que hortas, e aqui na zona da Fonte da Prata é um dos casos, que não referiu e tem razão, mas que é conhecido.

Sobre a outra questão da participação nas ações disse que aquela é uma ação promovida pela presidência da Câmara Municipal, que se faz acompanhar pelos vereadores que consigo trabalham diretamente no dia-a-dia, não tem nenhuma outra leitura nem nenhum outro significado, aliás, em várias vezes, na apresentação que faz nessas sessões refere, como mais-valia, o facto do nosso poder local democrático ter esta representatividade e esta diversidade de participação.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Deu indicação ao 2º secretário para iniciar a leitura da ata em minuta.

Foi lida a ata da presente sessão em minuta para efeitos imediatos tendo a mesma sido aprovada por unanimidade com vinte e quatro votos., sendo dezoito da CDU, cinco do PS, um do BE

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão, eram zero horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de fevereiro de 2017.

O Presidente

A 1ª Secretária

O 2º Secretário